

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO-SESMA/PMB

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 09/2026

Processo Administrativo (GDOC) nº 31362/2025-SESMA

O MUNICÍPIO DE BELÉM, neste ato se fazendo representar pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SESMA**, por intermédio do Pregoeiro designado pelo Decreto Municipal nº 114.625/2026-PMB, de 24 de agosto de 2026, publicado no DOM nº 15.494, de 24 de agosto de 2026, torna público que, de ordem do Senhor Secretário Municipal de Saúde, para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, pelo sistema de **REGISTRO DE PREÇOS** do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, no modo de disputa **ABERTO**, visando a contratação do objeto abaixo descrito, de acordo com as condições estabelecidas neste instrumento e demais Anexos.

O procedimento licitatório obedecerá, integralmente, às disposições da Lei Federal nº 12.846/2013, Decreto Federal nº 11.462/2023, Instruções Normativas nº 03/2018-SEGES/MP e nº 73/2022-SEGES/ME e suas alterações, Leis Municipais nº 9.209-A/2016, nº 10.143/2025 e nº 10.366/2026, Decretos Municipais nº 107.634/2023, nº 107.812/2023, nº 107.923/2023, nº 109.040/2023 e alterações posteriores, e extensivamente às disposições da Lei Complementar Federal nº 123/2006 e suas alterações, bem como o Decreto Federal nº 7.174/2010, aplicando-se, ao processo licitatório em epígrafe a Lei Federal nº 14.133/2021.

A presente licitação será realizada à distância em sessão pública, por meio de sistema promotor de comunicação pela internet, sendo conduzido pelo Pregoeiro da entidade promotora da licitação, com apoio técnico e operacional do Portal de Compras do Governo Federal, que atuará como provedor do sistema eletrônico e terá início com a divulgação das Propostas de Preços e início da etapa de lances no dia, hora e endereço eletrônico abaixo discriminado:

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.gov.br/compras/pt-br
Unidade Administrativa de Serviços Gerais (UASG): 926294

ENVIO DA PROPOSTA:
A partir da publicação deste Edital.

INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA:
Data: 05/10/2026 às 09h00 (horário de Brasília/DF)

Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública, observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília/DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação, na modalidade **Pregão**, na forma **Eletrônica**, pelo sistema de **Registro de Preços**, tem por objeto a “**CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA FORNECER LICENÇA DE USO DE SISTEMA INFORMATIZADO MODULAR DE GESTÃO INTEGRADA EM SAÚDE**”, incluindo implantação, migração de dados, treinamento, manutenção, suporte técnico, customização, hospedagem em datacenter (cloud), comodato de equipamentos e infraestrutura que contemplem as necessidades de informatização dos estabelecimentos de saúde da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELÉM – SESMA**, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. O detalhamento dos serviços (**solução**) a ser licitado, está previsto nos **itens 3 e 4 do Termo de Referência – Anexo I**, e listados no **Anexo II** deste Edital, e quando entregues deverão atender às normas do Código de Defesa do Consumidor, Lei Federal nº 8.078/90, deverão ser entregues em consonância com os preceitos deste **instrumento e demais Anexos**, de forma a assegurar sua perfeita condição de uso.

1.3. A solução deverá atender minimamente: 89 Unidades Básicas de Saúde; 4 Hospitais; 5 UPAs; 18 laboratórios vinculados; 11 Unidades de Saúde Especializadas; Vigilância Sanitária; Epidemiológica; 1600 ACS; 900 ACE; 130 Fiscais da Vigilância Sanitária; 10 unidades vinculadas à Secretaria de Saúde; cerca de 8.000 mil usuários; aproximadamente 800 mil prontuários eletrônicos ativos, em torno de 4.500.000 milhões atendimentos anuais.

1.4. Havendo discordância entre as especificações do objeto licitado descritas no sistema www.gov.br/compras/pt-br e as especificações constantes deste **Edital**, prevalecerão às constantes neste **último**.

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO-SESMA/PMB

1.5. Os equipamentos contidos no **Anexo A-V** a serem recebidos em **REGIME DE COMODATO** deverão ser **NOVOS** e de **PRIMEIRO USO** e que estejam na **linha de produção ATUAL** do fabricante e, em **perfeitas condições de uso**, nos termos da legislação vigente.

1.6. A prestação dos serviços **NÃO GERA VÍNCULO EMPREGATÍCIO** entre os **empregados da CONTRATADA** e a **Administração CONTRATANTE**, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.

1.7. O **critério de julgamento** será o **MENOR PREÇO GLOBAL**, observados os demais critérios de aceitabilidade definidos neste Edital e seus Anexos.

2. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1. **PODERÃO PARTICIPAR** deste Pregão os licitantes que:

2.1.1. Desempenham atividade pertinente e compatível com o objeto desta licitação e que estejam previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no sistema de Compras do Governo Federal, por meio do sítio eletrônico www.gov.br/compras/pt-br

2.1.2. Atendam às exigências constantes neste Edital e seus Anexos, em especial quanto à documentação requerida para sua habilitação;

2.1.3. O cadastramento no **SICAF** deverá ser realizado através do procedimento do registro cadastral, pelo interessado, ou quem o represente, deverá acessar o **SICAF** no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio eletrônico: www.gov.br/compras/pt-br, conforme disposto no art. 9º da IN nº 10/2020-SEDGG/ME;

2.2. **NÃO SERÁ ADMITIDA** nesta licitação a participação de empresas:

2.2.1. Que não explorem ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação e as condições deste Edital e seus Anexos;

2.2.2. Que estejam em processo de falência ou em recuperação judicial ou extrajudicial, salvo, nestes últimos casos (recuperação judicial ou extrajudicial), se cumpridas as demais exigências de qualificação econômico-financeira e a pessoa jurídica atenda aos requisitos mínimos estabelecidos pela legislação a que está sujeita, inclusive quanto à autorização judicial cabível;

2.2.3. Sociedade Estrangeira não autorizada a funcionar no país;

2.2.4. Declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do art.156, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021;

2.2.5. Que esteja cumprindo suspensão temporária de participação em licitação e/ou impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Belém, nos termos do art.156, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021;

2.2.6. **Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP**, atuando nessa condição;

2.2.7. Que se enquadrem nas vedações previstas no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021;

2.2.8. Que pratica ou foi autuada pelo Ministério do trabalho e Emprego – MTE por **uso ilegal de mão-de-obra infantil**, assim como toda a sua cadeia de fornecedores nos últimos 05 (cinco) anos (Lei Municipal nº 9.209-A de 11 de maio de 2016, c/c art. 14, VI da Lei Federal nº 14.133/2021);

2.2.9. Empresas e os seus sócios ou proprietários **condenados em processos criminais transitados em julgado** por corrupção ativa, tráfico de influência, impedimento, perturbação ou fraude de concorrência, formação de quadrilha e outros crimes tipificados como ilícitos de malversação de recursos públicos (**Lei Municipal nº 9.420 de dezembro de 2018**).

2.3. É **permitida a participação** de empresas na **forma de Consórcio**, de acordo com o **previsto no item 7 do Termo de Referência – Anexo I**, nos termos do art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que comprovem o **Compromisso de Constituição do Consórcio**, por meio de **Termo de Compromisso Público ou Particular**, subscrito por todos os consorciados.

2.3.1. O **Consórcio** entregará, junto com os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**:

2.3.1.1. O **Compromisso Público ou Particular registrado em cartório de constituição de Consórcio**, subscrito pelos consorciados, que discriminará os poderes e encargos de cada

Comissão de Contratação-SESMA/PMB

Av. Governador José Malcher, nº 2821, Bairro: São Brás, CEP: 66090-100 – Belém/PA
e-mail: licitacao3.sesma@gmail.com

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO-SESMA/PMB

consorciado e indicará a etapa do objeto a que cada um ficará responsável, com o respectivo percentual de participação;

2.3.1.2. Documento com **indicação da empresa líder** responsável pelo **Consórcio**;

2.3.1.3. No **Consórcio de empresas Brasileiras e estrangeiras**, a liderança caberá, obrigatoriamente, à **empresa Brasileira**.

2.3.2. Os **Documentos de Habilitação do Consórcio** deverão ser apresentados por parte de cada consorciado, admitindo-se, para efeito de **Qualificação Técnica**, o somatório dos quantitativos de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação, e, para efeito de **Qualificação Econômico-Financeira**, o somatório dos valores de cada consorciado, também na proporção de sua respectiva participação.

2.3.3. Se o **Consórcio** não for formado integralmente por **Microempresas – ME's ou Empresas de Pequeno Porte – EPP's**, haverá um **acréscimo de 10% (dez por cento)** para o **Consórcio** em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

2.3.4. A **empresa líder** será a representante do **Consórcio** perante a **CONTRATANTE** e deverá subscrever a proposta de preços, em nome do **Consórcio**.

2.3.5. Qualquer uma das consorciadas poderá apresentar, em nome do **Consórcio**, a garantia da execução, quando exigida.

2.3.6. Estará **impedida de participar do Consórcio** a empresa na qual figure, entre seus diretores, responsáveis técnicos ou sócios, pessoa que seja funcionário, diretor, responsável técnico ou sócio de outra empresa consorciada, além das demais vedações previstas no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.3.7. Os integrantes do **Consórcio** respondem de forma solidária pelos atos praticados em **Consórcio**, tanto na fase de licitação, quanto na de execução do Contrato.

2.3.8. O prazo de duração do **Consórcio** deve, no mínimo, coincidir com o prazo de conclusão do objeto licitado, até sua aceitação definitiva.

2.3.9. Tratando-se de **Consórcio**, o licitante vencedor fica obrigado a promover, **antes da celebração do Contrato, a constituição e o registro do Consórcio** no órgão oficial competente, nos **termos do compromisso**.

2.4. As Sociedades **Cooperativas** poderão participar desta licitação desde que satisfaçam os requisitos estipulados pelo art. 16 da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.5. A declaração **falsa** relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital e na Lei Federal nº 14.133/2021.

2.6. **Não será aplicado nesta licitação o tratamento favorecido para as ME's, EPP's e MEI's**, cujo valor estimado do objeto licitado, é **superior à receita bruta máxima admitida** para fins de enquadramento como **Empresa de Pequeno Porte**, nos termos do art. 4º, §1º, inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021, pois trata-se de contratação de serviços em geral.

2.7. A licitante está obrigada a **declarar**, no sistema eletrônico, sua condição, ou não, de **Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP ou Microempreendedor Individual – MEI**.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O **credenciamento** da licitante dar-se-á pela atribuição da chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, no site **Comprasnet: www.gov.br/compras/pt-br**. O **credenciamento** é o nível básico do registro cadastral no **SICAF**, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O **credenciamento** da licitante dependerá de registro cadastral atualizado no **Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF**, que também será requisito obrigatório para fins de habilitação.

3.3. O **credenciamento** junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

3.4. O uso de senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO-SESMA/PMB

órgão demandante, entidade promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade da licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **SICAF** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles que se tornem desatualizados.

3.6. Em se tratando de **Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP’ e Microempreendedor Individual – MEI**, esta deverá informar, por ocasião do credenciamento, que detém tal condição, segundo previsão do art. 13 do Decreto Federal nº 8.538/2015, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, e suas alterações.

3.7. A **falsidade** de declaração prestada objetivando algum benefício caracterizará o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções previstas em lei e no **item 24** deste Edital.

4. DO ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

4.1. Qualquer pessoa é parte legítima para **impugnar** este Edital de licitação por irregularidade ou para solicitar **esclarecimento** sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido **até 03 (três) dias úteis** antes da data de abertura do certame, por meio eletrônico, na forma prevista neste Edital de licitação.

4.2. A **impugnação** e o **pedido de esclarecimento** deverão ser realizados por forma eletrônica, **PREFERENCIALMENTE** em formato **DOC**, **EXCLUSIVAMENTE** para o endereço eletrônico licitacao3.sesma@gmail.com

4.3. Tanto as **respostas** como os **pedidos de esclarecimentos** e/ou **impugnações** serão divulgados em campo próprio no portal www.gov.br/compras/pt-br, e sítio eletrônico oficial do órgão demandante no portal da PMB www.belem.pa.gov.br, no prazo de **até 03 (três) dias úteis**, limitado ao último dia anterior à data da abertura do certame, para ciência de todos os interessados.

4.4. As **impugnações** e **pedidos de esclarecimentos** não suspendem os prazos previstos no certame.

4.4.1. A concessão de efeito suspensivo à **impugnação** é **medida excepcional** e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo licitatório.

4.5. Caso seja acolhida a **impugnação** contra o Edital, este será republicado na forma da lei e designada nova data para a realização do certame, **exceto quando**, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

5. DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA NO SISTEMA

5.1. A licitante deverá cadastrar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico www.gov.br/compras/pt-br até a data e horário agendado para abertura da sessão pública, quando então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

5.2. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta e lances.

5.3. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.4. Como requisito para a **participação** no Pregão a licitante deverá manifestar, **em campo próprio do sistema eletrônico**, relativo às declarações abaixo, o pleno conhecimento e atendimento das **exigências de habilitação e legislação trabalhista**, e ainda as previstas neste Edital, e que sua proposta está em conformidade com as exigências deste instrumento convocatório.

5.4.1. Condições de Participação:

a) Manifesto ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, concordo com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

b) Declaro que minha proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO-SESMA/PMB

trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo.

5.4.2. Declarações para fins de Habilitação:

- a) Atendo aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório.
- b) Inexiste impedimento à minha habilitação e comunicarei a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante.
- c) Cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, quando cabíveis.
- d) Manifesto ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
- e) Cumpro o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

5.4.3. Declarações de cumprimento à legislação trabalhista:

- a) Observo os incisos III e IV do art. 1º e cumpro o disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o **tratamento desumano ou degradante**.
- b) Cumpro a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis, e de acordo com Acórdão nº 1.802/2026-Plenário/TCU.

5.4.4. A verificação das certidões previstas na alínea “c” do subitem 5.4.2 e alínea “b” do subitem 5.4.3 (ambas, quando couber), será através do site <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/>**5.4.5. Declaração de que desenvolve Programa de Integridade, nos termos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Federal nº 12.304/2024.**

5.4.5.1. A declaração subitem acima, somente deverá ser apresentada pela licitante que já possui um Programa de Integridade efetivamente implementado em sua empresa, conforme exigido no art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021, ou seja, estará declarando formalmente que já possui mecanismos e práticas efetivos de integridade em funcionamento, e caso não seja comprovado, poderá ser desclassificada e/ou ser responsabilizada por falsa declaração.

5.4.6. Declaração de que, no ano-calendário da realização da licitação, ainda que não tenham celebrado Contrato(s) com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como Empresa de Pequeno Porte, em observância do limite de R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais) na licitação, de acordo com o previsto nos §§1º ao 3º, art. 4º da Lei Federal nº 14.133/2021 c/c art. 3º da LC nº 123/2006.**5.4.7. O licitante organizado em Cooperativa deverá declarar, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei Federal nº 14.133/2021.**

5.5. Por ocasião do cadastramento da proposta, a licitante enquadrada como Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP, Microempreendedor Individual – MEI e Cooperativa deverá declarar, em campo próprio do sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações, para fazer jus aos benefícios previstos na referida lei.

5.6. O prazo para apresentação de Propostas e Lances, contados a partir da data de divulgação do Edital de licitação, é de 10 (dez) dias úteis, quando adotado o critério de julgamento de menor preço (artigo 55, II, alínea “a” da Lei Federal nº 14.133/2021).

5.7. A PROPOSTA DE PREÇOS deverá ser preenchida:

5.7.1. O VALOR GLOBAL/ANUAL DO SERVIÇO, objeto licitado, como 1 (um) serviço e quantidade de 1 (um), para o ITEM, em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (R\$), considerando o escopo do serviço nos subitens/serviços constantes na planilha no Anexo II do presente Edital;

5.7.2. Todos os preços deverão ser expressos em Real (R\$), com 02 (duas) casas decimais.

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO-SESMA/PMB

5.8. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão substituir ou excluir a proposta cadastrada no sistema.

5.9. Qualquer elemento que possa **identificar** a licitante importará a **desclassificação da proposta**.

5.10. Os quantitativos indicados nos **subitens**, planilha no **Anexo II** é meramente estimativo, não acarretando à **CONTRATANTE** qualquer obrigação quanto à aquisição das quantidades máximas estabelecidas em cada **subitem**.

5.11. O valor **GLOBAL/ANUAL** ofertado, com proposta cadastrada/preenchida no sistema Comprasnet para o **ITEM** objeto licitado, para a aceitação, não poderá ser superior ao **VALOR GLOBAL DO SERVIÇO** constante na planilha no **Anexo II** do Edital.

5.12. O valor ofertado será de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração do mesmo, sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.13. A **omissão de qualquer despesa necessária ao perfeito fornecimento do objeto licitado** será interpretada como já incluída nos preços, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a abertura das propostas.

5.14. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

6. DO INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA (ABERTURA DAS PROPOSTAS)

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Incumbirá aos licitantes o acompanhamento das operações no sistema eletrônico durante a Sessão Pública do Pregão e a responsabilidade, pelos ônus decorrentes da perda de negócios pela inobservância das mensagens emitidas pelo sistema ou em razão de desconexão.

6.3. O licitante deverá manter a **impeccabilidade**, não se **identificando, quando do cadastramento (preenchimento) de proposta no sistema Comprasnet**, sob pena de ser excluído do certame pelo Pregoeiro.

6.4. A comunicação entre o Pregoeiro e a(s) licitante(s) ocorrerá mediante troca de mensagens através do canal de comunicação (*vía chat*), em campo próprio do sistema eletrônico.

6.5. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que contenham vícios insanáveis ou não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital e seus Anexos.

6.5.1. A **desclassificação de proposta** será sempre **fundamentada e registrada no sistema**, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes;

6.5.2. A **NÃO desclassificação da proposta** não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.6. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro, e somente estas participarão da fase de lance.

7. DA FASE DE LANCES

7.1. Iniciada a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

7.2. Os lances serão ofertados por **ITEM** e o **critério de julgamento** será o de **MENOR PREÇO GLOBAL**.

7.3. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

7.4. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão pública e as regras estabelecidas no Edital.

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO-SESMA/PMB

7.4.1. O licitante poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado, ainda que superior ao menor registrado no sistema, objetivando uma melhor posição na ordem de classificação dos lances. Assim, caso o primeiro venha a ser inabilitado será chamado o licitante na imediata ordem de classificação dos lances (2º melhor lance).

7.5. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado no sistema.

7.6. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos, após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável, nos termos do art. 21, §3º IN SEGES/ME nº 73/2022.

7.7. O Pregoeiro poderá, durante a disputa de lances, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que comprometa, restrinja ou frustre o caráter competitivo do certame, mediante comunicação eletrônica automática via sistema, nos termos do art. 21, §4º IN SEGES/ME nº 73/2022.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de: **R\$ 2.000,00 (dois mil reais)**.

7.9. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

7.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, assim definido no art. 19, Inciso I, IN SEGES/ME nº 73/2022, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

7.12. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.14. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em 2º lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela Equipe de Apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.14.1. Após o reinício previsto no item acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.15. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.16. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia.

7.16.1. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

7.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do melhor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais licitantes, vedado a identificação do detentor do lance.

7.17.1. Lances considerados inexecutáveis serão excluídos do sistema pelo Pregoeiro, que alertará os licitantes quanto à necessidade de cumprimento das obrigações previstas no Edital e seus Anexos e a possibilidade de aplicação de sanções administrativas.

7.18. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO-SESMA/PMB

7.19. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances.

7.19.1. O Pregoeiro, quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados;

7.19.2. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas após comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.20. Caso não se realize lance, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e o valor estimado para a contratação.

7.21. Em caso de empate entre proposta(s) ou lance(s), serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021, nesta ordem:

7.21.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.21.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.21.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.21.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade.

7.22. Em igualdade de condições, se **não houver desempate**, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.22.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.22.2. Empresas brasileiras;

7.22.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.22.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei Federal nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.23. A fim de garantir maior segurança jurídica e uniformização quando da aplicação dos **subitens 7.21.2 e 7.21.3** e dos **subitens 7.22.2 a 7.22.4**, estes serão adotados somente quando houver regulamentações específicas em cada caso, que afastem o caráter subjetivo da tomada de decisão.

7.24. Se mesmo após a aplicação dos procedimentos previstos nos **subitens 7.21.1 e 7.21.4** e do **subitem 7.22.1**, ainda persistir o empate, será realizado **sorteio eletrônico**.

7.25. O **sorteio eletrônico** ocorre de forma automática pelo Portal de Compras do Governo Federal, após identificar e aplicar os critérios de desempate previstos nos **incisos I e IV do art. 60 e no inciso I do §1º** do mesmo artigo.

7.26. Não há possibilidade de interferência do Pregoeiro na aplicação dos critérios de desempate, uma vez que o Portal de Compras está parametrizado para a aplicação automática.

7.27. Na hipótese do não uso do direito de preferência, o objeto licitado será **adjudicado** em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.28. Apurada a proposta final classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico (*via chat*), contraproposta ao licitante para que seja obtido melhor preço, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

7.28.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.29. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO-SESMA/PMB

8.1. O Pregoeiro efetuará o julgamento das Propostas de Preços de acordo com as exigências contidas no Edital, pelo critério do **MENOR PREÇO GLOBAL**, podendo encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem assim, decidir sobre sua aceitação.

8.2. O Pregoeiro poderá solicitar manifestação da Área Técnica, da Assessoria Jurídica ou de outros setores pertencentes ao quadro de pessoal do órgão demandante, dos demais órgãos da Administração Municipal, ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

8.3. Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para a contratação e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do Edital, ficando passível de desclassificação a proposta com valor ofertado acima do valor estimado.

8.4. No caso da proposta ou o lance de menor valor não ser aceitável, ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

8.4.1. Ocorrendo a situação a que se refere o **item 8.3**, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor, observado o critério de julgamento e o valor estimado para contratação, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste Edital, e/ou envio da proposta vencedora de preços atualizada e assinada pelo representante legal do licitante ou por seu procurador com poderes para o ato;

8.4.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes, **sendo obrigatório envio de resposta pelos participantes do certame**, quando encaminhada via chat, **no prazo de até 05 (cinco) minutos**, qualquer pedido de informação ou solicitação feita pelo Pregoeiro;

8.4.3. A **inobservância** do disposto no item anterior acarretará a recusa da proposta do licitante, **somente para as negociações com valores acima do estimado/referência**.

8.5. Havendo aceitação da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro analisará os documentos de habilitação.

8.6. Conforme arts. 41 e 42, da IN SEGES/ME nº 73/2022, o Pregoeiro poderá **sanar erros ou falhas** que **não alterem a substância da proposta, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica**, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes a eficácia para fins de classificação e habilitação

9. DA FORMULAÇÃO E ENVIO DA PROPOSTA AJUSTADA

9.1. Encerrada as etapas de lances e negociação da sessão pública, o Pregoeiro convocará através do canal de comunicação eletrônica (chat), o licitante que apresentar o menor preço para envio da **PROPOSTA DE PREÇOS** atualizada, e **assinada digitalmente** pelo representante legal do licitante ou por seu procurador com poderes para o ato, sem rasuras, emendas ou entrelinhas, em até **02 (DUAS) HORAS CORRIDAS** contadas a partir da solicitação do Pregoeiro, exclusivamente através do **módulo de convocação de anexos do sistema www.gov.br/compras/pt-br**, com as seguintes informações abaixo:

9.1.1. Valores expressos, obrigatoriamente, em real (R\$).

9.1.1.1. Valor **UNITÁRIO, MENSAL e ANUAL** de cada **Subitem/Serviço** que compõe o objeto licitado, de acordo com o contido nos **Anexos A-II e II**, e valor **TOTAL** em algarismo e por extenso da proposta. Os preços serão registrados **com 02 (duas) casas decimais**, incluído nos mesmos todos os custos diretos e indiretos de despesas, tais como: frete, taxas e impostos, tributos, encargos fiscais, comerciais, sociais e trabalhistas, transporte, inclusive desembaraço alfandegário e demais despesas decorrentes da execução do objeto licitado, observadas as isenções previstas na legislação, não sendo considerados pleitos de acréscimos a esse ou a qualquer título posteriormente;

9.1.1.2. Havendo divergência entre o valor **unitário, mensal e total** prevalecerá o **unitário**, e entre o expresso em algarismo e por **extenso**, o último.

9.1.2. Especificação do serviço ofertado de forma **clara e detalhada**, e outras características que permitam identificar o serviço ofertado.

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO-SESMA/PMB

9.1.3. Informação da Garantia do serviço ofertado, não podendo ser menor que **12 (doze) meses, durante a vigência contratual, a contar da data de entrega.**

9.1.4. DADOS DO LICITANTE: Nome do representante legal da empresa, Razão Social, endereço completo com CEP, telefone, endereço eletrônico (e-mail), número do CNPJ, nome do banco, o código da agência e o número da conta corrente e praça de pagamento.

9.1.5. Prazo de validade da Proposta de Preços: não inferior a **120 (cento e vinte) dias**, contados da data de sua apresentação.

9.1.6. Local da Prestação dos Serviços: conforme informados no **Anexo A-III** do Edital.

9.1.7. Início do Projeto de Implantação: até **30 (trinta) dias corridos** após a assinatura do Contrato e de acordo com a solicitação formal do órgão **CONTRATANTE, e não poderá ter prazo de execução superior a 6 (seis) meses**, e ainda, respeitando os prazos do **Cronograma Físico-Financeiro de cada fase do Projeto**, cuja entrega no seguinte endereço: **Núcleo de Assessoria em Tecnologia da Informação NATI/DEAD/SESMA**, situado na **Av. Governador José Malcher, nº 2821, 3º andar, Bairro: São Brás, CEP: 66.090-100 - Belém/PA**, no horário de **08h às 12h e de 14h às 16h, de 2ª a 6ª-feira (dias úteis).**

9.1.8. Não será aceito na especificação do serviço/objeto ofertado à expressão “similar”, e ainda, sendo vedadas na proposta ajustada, informações e descrições vagas, como “de acordo”, “conforme Edital”, “modelo xx”, “conforme proposta a apresentar”, etc.

9.1.9. Deverá apresentar as seguintes DECLARAÇÕES na PROPOSTA DE PREÇOS:

a) Declaração expressa de que nos preços cotados estão incluídos todos os **custos e despesas** diretas e indiretas, frete, taxas e impostos, tributos, encargos fiscais, comerciais, sociais e trabalhistas, transporte, inclusive desembaraço alfandegário e demais despesas decorrentes da execução do objeto licitado, não sendo considerados pleitos de acréscimos a esse ou a qualquer título posteriormente;

b) Declaração de que cumprirá todos os **prazos** estabelecidos no Edital e seus Anexos;

c) Declaração de que os valores ofertados na proposta, inicialmente contratados, serão **fixos e irrevogáveis, no prazo de 12 (doze) meses**, a contar da data do **orçamento estimado**.

9.2. Solicita-se à licitante quando convocado que a proposta ajustada seja encaminhada (preferencialmente) nos moldes do modelo constante no Anexo III para a elaboração/formulação de proposta de preços, atentando para o exigido no item 9.1 e seus subitens, devendo ainda, apresentar “valor Global” e especificação de cada “Subitem” que compõem o escopo do serviço licitado, de forma clara e detalhada do serviço ofertado, e demais exigências.

9.3. O valor GLOBAL do ITEM e valores UNITÁRIOS de cada Subitem quando da apresentação de proposta ajustada, NÃO poderão ser superiores aos valores GLOBAL e UNITÁRIOS contidos nas planilhas do Anexo II do Edital.

9.4. A(s) proposta(s) poderá(ão) conter outros dados e informações que, a critério do licitante, sirvam para melhor documentar e esclarecer o fornecimento/serviço do objeto ofertado.

9.5. A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte da proponente, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

9.6. Não será aceita imposição de valor mínimo para faturamento do pedido e de faturamento mínimo na proposta.

9.7. Após apresentação da proposta não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente devidamente comprovado e aceito pelo Pregoeiro.

9.8. Será desclassificada a proposta provisoriamente vencedora que não atenda às exigências deste Edital e seus Anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o seu julgamento, e ainda:

9.8.1. Contiver vícios insanáveis;

9.8.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Anexo II;

9.8.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do valor estimado;

9.8.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido;

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO-SESMA/PMB

9.8.5. Apresentar **desconformidade** com quaisquer outras exigências deste Edital e Anexos, desde que **insanável**;

9.8.6. Não conter a marca e/ou nome do fabricante (*quando obrigatório*).

9.9. É indício de **inexequibilidade de proposta de preço**, valor inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a licitante comprove a **exequibilidade da proposta** (art. 34, parágrafo único, incisos I e II, da IN SEGES/ME nº 73/2022):

9.9.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

9.9.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

10. DA PROVA DE CONCEITO

10.1. Cronograma da Prova de Conceito:

Etapa	Prazo	Observações
Convocação para Prova de Conceito.	Sem prazo fixo.	A convocação da POC será realizada pelo Pregoeiro via chat, podendo ocorrer no mesmo dia.
Agendamento da Prova de Conceito e indicação dos Profissionais.	Até 2 (dois) dias úteis contados da convocação pelo Pregoeiro.	Agendamento com o Núcleo de Assessoria em Tecnologia da Informação – NATI e-mail: nati@cinbesa.com.br Telefone: (91) 98408-1059
Início da Prova de Conceito.	Até 5 (cinco) dias úteis contados da convocação.	A POC terá duração máxima de 5 (cinco) dias após o início.
Final da Prova de Conceito (POC).	Até 5 (cinco) dias após o início da POC.	A POC terá duração máxima de 5 (cinco) dias. Após o encerramento, os resultados serão avaliados pela Equipe Técnica da Secretaria Municipal de Saúde de Belém – SESMA.

10.2. A licitante classificada em 1º lugar deverá comprovar através de **Prova de Conceito** (avaliação técnica do sistema) que atende os requisitos estabelecidos no **Termo de Referência, Anexo A-IV, Roteiro para Prova de Conceito**, assim como demais informações que norteiam a **Prova de Conceito**.

10.3. A Prova de Conceito será realizada após a aceitação de Proposta, e será gravada em áudio e vídeo.

11. DA GARANTIA DA PROPOSTA

11.1. As licitantes interessadas em participar deste certame deverão prestar **Garantia/Caução no valor de 1% (um por cento) do valor global estimado, com prazo de validade de, no mínimo, 90 (noventa) dias, como condição de participação neste certame licitatório**, conforme art. 58, da Lei Federal nº 14.133/2021.

a) A referida **Garantia** deverá ser efetuada previamente à data de realização do certame em uma das modalidades previstas no artigo 96, §1º da Lei Federal 14.133/2021;

b) Não será aceita Caução em Dinheiro visto que a modalidade infringiria o art. 21, §6º da IN 73/2022 da SEGES;

c) O comprovante de prestação de **Garantia** deverá ser apresentado/enviado juntamente com a proposta ajustada, quando convocado pelo Pregoeiro, através do canal de comunicação (chat) o licitante provisoriamente vencedor, conforme ordem de classificação sistema Comprasnet, sob pena de **desclassificação**;

d) Implicará execução do valor integral da **Garantia de Proposta** a recusa em assinar o Contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação;

e) Para a **emissão da Garantia de Proposta** deverá ser informado o **CNPJ da PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM – CNPJ: 05.055.009/0001-13**;

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO-SESMA/PMB

f) A **Garantia** será devolvida ao licitante vencedor **em até 10 (dez) dias úteis** após a **assinatura da Ata de Registro de Preços ou instrumento equivalente**;

g) A **NÃO apresentação** da **Garantia de Proposta**, exigida, implicará a **desclassificação** da proposta.

12. DA HABILITAÇÃO

12.1. Encerrada a etapa de aceitação e julgamento das propostas, o detentor do menor preço terá sua habilitação confirmada imediatamente no **SICAF** através da internet (**on-line**), nos documentos por ela abrangidos em relação à **habilitação jurídica**; à **regularidade fiscal e trabalhista**; à **qualificação econômica e financeira**; e **habilitação técnica**, conforme disposto na Instrução Normativa nº 03/2018-SEGES/MP.

12.2. Na hipótese de falha no **SICAF** ou nos **sítios oficiais**, que impossibilite a confirmação da habilitação mencionada no **item 12.1**, o Pregoeiro assinalará prazo para que o licitante faça a apresentação da documentação necessária por meio eletrônico, exclusivamente através do **módulo de convocação de anexos do sistema www.gov.br/compras/pt-br**

12.3. Como **condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar**, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, **mediante a consulta aos seguintes cadastros**:

12.3.1. SICAF;

12.3.2. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União abrange o cadastro no CNJ, do CEIS, do próprio TCU e o **Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP do Portal da Transparência (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)**;

12.3.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei Federal nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário:

a) Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas;

b) A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;

c) O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

12.3.4. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação;

12.4. Ressalvado o disposto no **item 12.1**, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação, **no caso dos mesmos não estarem inseridos no SICAF**.

12.5. O descumprimento do **subitem acima** implicará a **inabilitação** do licitante, **exceto** se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões realizada pelo Pregoeiro **lograr êxito**, emitindo a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 39, §6º, da Instrução Normativa nº 73/2022-SEGES/ME.

12.6. O detentor da melhor oferta regularmente aceita, deverá encaminhar no prazo de **até 02 (DUAS) HORAS CORRIDAS**, contada a partir da convocação do Pregoeiro, através do canal de comunicação (chat), **PREFERENCIALMENTE em formato DOC ou PDF (zipado)**, **exclusivamente através do módulo de convocação de anexos do sistema www.gov.br/compras/pt-br**, os seguintes **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**, sob pena de inabilitação:

12.6.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) **Cópia do Ato Constitutivo** (no caso de empresário individual) ou **Contrato Social ou Estatuto Social consolidado e/ou suas alterações posteriores**, de modo a verificar se o objeto social do licitante é compatível com o objeto da licitação;

b) No caso de **Empresário Individual**: Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis na Junta Comercial da respectiva sede;

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO-SESMA/PMB

c) Em se tratando de **Microempreendedor Individual – MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio: www.portaldoempreendedor.gov.br

d) No caso de **Sociedade Limitada Unipessoal – SLU** ou **Sociedade Empresária ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI**: Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

e) No caso de **Sociedade Simples**: Inscrição do Ato Constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local da sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

f) **Decreto de Autorização**, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

12.6.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (**CNPJ**), vigente na data prevista para abertura da licitação, **analisada automaticamente pelo SICAF**;

b) Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal**, inclusive quanto às contribuições Sociais, representada pela Certidão Conjunta Negativa ou Positiva com efeito de Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, **analisada automaticamente pelo SICAF**;

c) Certidão Negativa ou Positiva com efeito de Negativa de regularidade com a **Fazenda Estadual e Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do licitante, **analisada automaticamente pelo SICAF**;

c.1) Caso o licitante seja considerado **isento** dos tributos estadual ou municipal, relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração do órgão competente do seu domicílio ou sede, ou outro equivalente, na forma da lei.

d) Certidão Negativa ou Positiva com efeito de Negativa de Débitos perante o **FGTS**, representada pelo CRF – Certificado de Regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal, **analisada automaticamente pelo SICAF**;

e) Certidão Negativa ou Positiva com efeito de Negativa de **Débitos Trabalhistas – CNDT**, instituída pela Lei Federal nº 12.440/11, podendo ser retirada através do site: www.tst.jus.br/certidao, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho do licitante/fornecedor, **quando não houver indicação no SICAF**;

f) Certidão Negativa ou Positiva de **Infrações Trabalhistas – CNIT**, decorrente de autuações, instituída pela **Lei Municipal nº 9.209-A/16**, por **uso ilegal de mão-de-obra infantil**, assim como toda sua cadeia de fornecedores, para comprovar não terem sido autuadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego e outro órgão responsável, c/c art. 14, VI da Lei Federal nº 14.133/2021, **cuja certidão será emitida pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio**, através do link: <https://eprocesso.sit.trabalho.gov.br/Certidao/Emitir> (entrar com GOV.BR).

12.6.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) **Certidão Negativa de Falência ou Concordata, Recuperações Judiciais e Extrajudiciais** expedida pelo distribuidor da sede do licitante, conforme art. 69, caput, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, com data de expedição não superior a **90 (noventa) dias** quando não houver prazo de validade expresso no documento.

a.1) Caso haja alguma **Ação Judicial** distribuída relativa a **Recuperação Judicial ou Extrajudicial**, deverá ser apresentada certidão circunstanciada do processo, comprobatória da aptidão da licitante para participação em licitação, sob pena de inabilitação.

b) **Balanco Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, de acordo com art. 69, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, e ainda o balanço esteja:

b.1) **Assinado** pelo profissional habilitado da área contábil e **registrado na Junta Comercial ou órgão competente**;

b.2) Comprobatório da boa situação financeira, **vedada a sua substituição por Balancetes ou Balanço provisório**, comprovada através da aferição dos índices: **Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG)**, aplicando a fórmula abaixo:

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO-SESMA/PMB

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

b.2.1) Todos os índices obtidos deverão ser **maiores que 1,00**, ou caso um dos índices for **menor ou igual a 1,00**, será verificado o **Patrimônio Líquido de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor a ser contratado**.

b.3) Com relação ao **Balanço Patrimonial** deverá, ainda, a licitante observar o seguinte:

- As empresas obrigadas ao **Sistema Público de Escrituração Digital (SPED)** devem apresentar suas demonstrações contábeis por esse sistema, acompanhada do Recibo de Entrega à Secretaria da Receita Federal;
- **Empresas OPTANTES** pelo regime de tributação do **Simples Nacional** devem apresentar o **Comprovante da Opção**, obtido através do site da Secretaria da Receita Federal, <http://www.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional>
- Empresas **criadas no exercício financeiro da licitação** poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo **balanço de abertura, registrado na Junta Comercial ou órgão equivalente**;
- Empresas constituídas **há menos de 02 (dois) anos** do exercício da licitação deverão apresentar o **Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do último exercício social registrado na Junta Comercial ou órgão equivalente**;
- As sociedades regidas pela **Lei Federal nº 6.404/76 (sociedades anônimas)**, deverão apresentar o Balanço Patrimonial em conformidade com a referida Lei, e, estando sujeitas à **Escrituração Digital Eletrônica (ECD)**, também ficarão sujeitas à apresentação das informações extraídas do **SPED Contábil**;
- **Prazo para apresentação do Balanço Patrimonial para fins de habilitação**, conforme disposto no art. 1.078, inciso I, do código Civil, cujo prazo é de **até 30 de abril do ano subsequente do último exercício financeiro**, inclusive aquelas que utilizam o **SPED, salvo**, no caso de prorrogação pelo órgão competente.

12.6.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) A licitante deverá apresentar no **mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica Operacional, podendo ser apresentado mais de um Atestado**, em nome da licitante, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, informando/comprovando a execução de serviços tecnicamente compatíveis com o objeto desta licitação, abrangendo obrigatoriamente os quantitativos abaixo:

- a.1)** Experiência na prestação de serviços similares em, no mínimo, 50 (cinquenta) UBS's conectadas;
- a.2)** Experiência na prestação de serviços similares em, no mínimo, 5 (cinco) Hospitais, Unidades de Pronto Atendimento (UPA) ou estrutura equivalente de urgência e emergência, com base na **RELAÇÃO DOS LOCAIS DE INSTALAÇÃO no Anexo A-III**;
- a.3)** Experiência na prestação de serviços similares com disponibilização de, no mínimo, 850 (oitocentos e cinquenta) tablets e aplicativo mobile para Agente Comunitário de Saúde – ACS, conforme item 1 da Descrição do Anexo A-II - **ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVO TOTAL CONSOLIDADO**;

b) Este Atestado deverá conter a especificação do objeto fornecido, do tipo de fornecimento, com indicações das quantidades e outros dados característicos.

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO-SESMA/PMB

c) Conforme previsto na Lei Federal nº 14.133/2021, no art. 67, os **Atestados** apresentados poderão ser objeto de **diligência**, para verificação de autenticidade de seu conteúdo e a similaridade com o objeto deste instrumento e demais Anexos. Encontrada **divergência** entre o especificado nos **Atestados** e o **apurado em diligência**, inclusive validação do Contrato de prestação de serviços entre o **emissor do Atestado e a proponente**, além da **desclassificação no processo licitatório**, fica sujeita a licitante às penalidades cabíveis;

d) A licitante deverá **comprovar que o sistema ofertado:**

d.1) É certificado pela Sociedade Brasileira de Informática em Saúde (SBIS), em conjunto com o Conselho Federal de Medicina (CFM), no nível de garantia de segurança NGS2, no módulo de Prontuário Eletrônico do Paciente (PEP), conforme os critérios definidos na Versão 5.2 ou superior do Manual de Certificação para Sistemas de Registro Eletrônico em Saúde;

d.2) ou que atende integralmente aos requisitos funcionais e de segurança estabelecidos na Versão 5.2 ou superior do Manual de Certificação para Sistemas de Registro Eletrônico em Saúde, emitido pela SBIS/CFM, especialmente os requisitos de nível NGS2.

e) A comprovação será feita por meio de:

e.1) Apresentação do certificado SBIS-CFM vigente, referente a versão 5.2 ou superior; ou

e.2) Declaração formal firmada pela licitante, assinada por seu representante legal, atestando que o sistema ofertado atende integralmente aos requisitos estabelecidos na Versão 5.2 ou superior do manual.

f) Nos casos em que for apresentada a **declaração acima**, o atendimento efetivo aos requisitos será obrigatoriamente verificado **antes da Prova de Conceito (POC)**, em etapa própria do processo licitatório, devendo a licitante demonstrar todas as funcionalidades e requisitos de segurança exigidos. A **NÃO comprovação prática do atendimento durante o início POC implicará na desclassificação da licitante**.

g) Declaração formal de que a licitante possui, em seu quadro funcional, profissionais com formação e experiência aptos para exercer os serviços ora contratados, e, em especial, a indicação de responsável técnico pela execução dos serviços, com formação superior na **área de Tecnologia da Informação (TI), ou Engenharia de Software, Eletrotécnica ou de Telecomunicações**, bem como dos técnicos que atuarão nos atendimentos solicitados pela **CONTRATANTE**, com formação técnica na área de Tecnologia da Informação (TI).

12.6.5. DA VISITA TÉCNICA:

a) Com o intuito de assegurar o pleno conhecimento das condições de execução do objeto licitado, será obrigatória a realização de **VISITA TÉCNICA às unidades vinculadas a futura contratação**. A **VISITA** tem como finalidade permitir que os licitantes compreendam as características operacionais, estruturais e logísticas necessárias à execução adequada dos serviços.

a.1) O licitante deverá comprovar a realização de **VISITA TÉCNICA (unidades de saúde que deverão ser visitadas obrigatoriamente)** em, no mínimo, 20% (vinte por cento) das unidades abrangidas em cada Distrito Administrativo no objeto desta licitação, conforme especificado no **Anexo A-III**.

a.2) Deverá ser emitido um **Atestado de VISITA para cada unidade visitada**, com os seguintes dados, conforme modelo Anexo A-VI:

1. Identificação da unidade;
2. Data e horário da visita;
3. Nome do representante do licitante;
4. Assinatura do servidor da Administração responsável pelo acompanhamento.

a.3) Após a **conclusão das VISITAS**, o licitante deverá apresentar os **Atestados individuais à SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SESMA**, que emitirá um **Atestado Consolidado**, atestando o cumprimento da **VISITA TÉCNICA no percentual mínimo exigido (20%)**, que **deverá ser apresentado junto com os documentos de habilitação**.

e.4) A exigência de **VISITA TÉCNICA** está amparada nos princípios da eficiência (art. 5º, inciso IV) e da vinculação ao instrumento convocatório (art. 11), bem como no disposto no art. 6º,

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO-SESMA/PMB

inciso “L”, da Lei Federal nº 14.133/2021, que define “**VISITA TÉCNICA**” como diligência preliminar que vise conferir conhecimento aprofundado do local de execução ou das condições do fornecimento. A Administração justifica tal exigência com base no interesse público, a fim de garantir propostas mais adequadas à realidade da prestação.

e.5) A empresa deverá realizar o **agendamento da VISITA TÉCNICA com servidor da SESMA** previamente designado: e-mail: nati@cinbesa.com.br. A realização da **VISITA TÉCNICA às unidades administrativas** é condição indispensável para a participação na licitação. Informamos que a **VISITA** deverá ser realizada impreterivelmente com no **máximo 03 (três) dias úteis de antecedência à data de abertura da licitação**.

e.6) Reforçamos que **não serão aceitos pedidos de prorrogação de prazo, tampouco quaisquer justificativas para o não cumprimento dessa exigência, independentemente de sua natureza.**

e.7) Após a **confirmação do agendamento**, será encaminhada por **e-mail a lista contendo as unidades de saúde que deverão ser visitadas obrigatoriamente**. Ressaltamos que, a critério da empresa, será permitido visitar outras unidades além das indicadas, caso julgue necessário para elucidar eventuais dúvidas relacionadas à execução do serviço.

12.7. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o **item 12.6**, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de **novos documentos** de habilitação, ou havendo a necessidade de envio de **documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados**, de acordo com o art. 64, da Lei Federal nº 14.133/2021, em sede de diligência, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, no prazo de até **02 (DUAS) HORAS CORRIDAS**, contadas a partir da solicitação do Pregoeiro exclusivamente através do **módulo de convocação de anexos do sistema www.gov.br/compras/pt-br**, e poderá ser prorrogado desde que devidamente fundamentado, objetivando sempre a maior competitividade e melhores preços para a administração.

a) Aferição das condições de habilitação do licitante, **desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;**

b) **Suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;**

c) **Suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório** expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública;

d) **Complementação de informações** acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

e) **Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;**

f) Findo o prazo assinalado **sem o envio da nova documentação ou complementar**, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

12.8. A **NÃO** apresentação dos documentos acima referenciados no prazo estabelecido, poderá implicar na **inabilitação** do licitante.

12.9. Os documentos exigidos para fins de **habilitação** poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.

12.10. Será verificado se o licitante **declarou** no sistema, sob pena de **inabilitação**, a **declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social**, quando couber, previstas em lei e em outras normas específicas.

12.11. Os **documentos apresentados** deverão estar acompanhados de **todas as alterações ou da consolidação respectiva.**

12.12. Os documentos relacionados acima deverão estar emitidos em papéis timbrados dos Órgãos ou Empresas que as expediram.

12.13. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante **apresentação de documento original não digital quando houver dúvida** em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO-SESMA/PMB

12.14. Quando permitida a participação de **empresas estrangeiras** que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

12.15. Na hipótese de o licitante vencedor ser **empresa estrangeira** que não funcione no País, para fins de assinatura do Contrato ou da Ata de Registro de Preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660/2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

12.16. Quando a proposta de preços e as declarações exigidas neste Edital forem assinadas por um preposto da empresa que não seja seu sócio administrador ou proprietário, o **licitante também deverá enviar exclusivamente através do módulo de convocação de anexos do sistema eletrônico www.gov.br/compras/pt-br, instrumento público ou particular de procuração ou documento equivalente, com firma reconhecida**, com poderes especiais para responder, formular ofertas e lances de preços, recorrer e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente.

12.17. Os documentos mencionados neste Capítulo deverão referir-se **exclusivamente ao estabelecimento da licitante**, e, preferencialmente, com número do CNPJ e o respectivo endereço vigentes à época da abertura da licitação.

12.18. Se o licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da **matriz**, e se o licitante for a **filial**, todos os documentos deverão estar em nome da **filial**, **exceto aqueles documentos** que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da **matriz**.

12.19. Todos os documentos de habilitação emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa efetuada por tradutor juramentado e também devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos.

12.20. Na hipótese do licitante **não atender às exigências para habilitação**, o Pregoeiro examinará a **proposta subsequente e assim sucessivamente**, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital e seus Anexos.

13. DO RECURSO

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitante, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165, da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.2. O prazo recursal é de **03 (três) dias úteis**, contados da data de notificação da decisão a ser recorrida ou de lavratura da Ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante, deve-se observar o seguinte:

13.3.1. A intenção de recorrer deverá ser **manifestada imediatamente**, sob pena de preclusão;

13.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de **até 10 (dez) minutos**;

13.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de notificação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

13.4. As **razões do recurso** deverão ser encaminhados em **momento único, em campo próprio do sistema**.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **03 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo **não** serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de **contrarrazões** ao recurso pelos demais licitantes será de **3 (três) dias úteis**, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO-SESMA/PMB

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. O início da contagem dos prazos, bem como o seu término, dar-se-á sempre em **dias úteis**.

13.11. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

14. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

14.1. Encerradas as **fases de julgamento e habilitação**, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para **adjudicar** o objeto e **homologar** o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021.

15. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

15.1. Após a **adjudicação e homologação** da licitação, será incluído na Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro:

15.1.1. Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

15.1.2. Dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

15.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na Ata de Registro de Preços.

15.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado;

15.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original;

15.2.3. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

15.3. A habilitação dos licitantes que comporão o **Cadastro de Reserva** será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

15.3.1. Quando o licitante vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidas no Edital, ou;

15.3.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos arts. 28 e 29 do Decreto Federal nº 11.462/2023.

15.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no Edital, poderá:

15.4.1. Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de melhor preço, mesmo que acima do preço adjudicado, ou;

15.4.2. Adjudicar e firmar o Contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

16. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1. As regras referentes a Ata de Registro de Preços são as constantes da respectiva minuta, **Anexo IV**, parte integrante deste Edital, que da mesma forma e parte integrante e intransferível da Ata a ser firmada com a licitante vencedora.

16.2. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO-SESMA/PMB

prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

16.2.1. Na ocasião da assinatura da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, a licitante vencedora deverá dispor de "CERTIFICAÇÃO DIGITAL", nos termos da Instrução Normativa nº 22/2021-TCM.

16.3. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

16.3.1. A solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

16.3.2. A justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

16.4. A vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contado a partir da data de sua assinatura com eficácia após a publicação no **PNCP e DOM**, podendo ser **prorrogada por igual período**, mediante a anuência do fornecedor, desde que **comprovado o preço vantajoso**, nos termos fixados no art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.5. A Ata de Registro de Preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

16.6. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os subitens constantes no **Anexo II**, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) subitem(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

16.7. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no **PNCP** e disponibilizado durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

16.8. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

16.9. A vedação à participação do órgão ou entidade em mais de uma Ata de Registro de Preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, **salvo** na ocorrência de Ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no Edital, de acordo com art. 82, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.10. Na hipótese de o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do **Cadastro de Reserva**, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

17. DO CONTRATO E NOTA DE EMPENHO

17.1. As regras referentes ao Contrato são as constantes da respectiva Minuta, **Anexo V**, parte integrante deste Edital, que da mesma forma e parte integrante e intransferível do Contrato a ser firmado com a licitante vencedora.

17.2. Após homologada a licitação, a **CONTRATANTE** convocará a licitante vencedora, durante a validade da Ata de Registro de Preços para a retirada e assinatura do **instrumento contratual ou instrumento equivalente juntamente com a Nota de Empenho**, dentro do prazo de **05 (cinco) dias úteis**, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções constantes neste Edital e do previsto no art. 90 da Lei Federal nº 14.133/2021.

17.2.1. Na ocasião da assinatura do CONTRATO, a licitante vencedora deverá dispor de "CERTIFICAÇÃO DIGITAL", nos termos da Instrução Normativa nº 22/2021-TCM.

17.3. É facultado à Administração, quando o convocado não apresentar situação regular no ato da contratação ou se recusar-se a assinar/retirar o referido documento, no prazo e condições estabelecidas, chamar os licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, nas condições de sua(s) proposta(s), ou conforme negociação, podendo ainda, revogar a licitação independentemente da cominação prevista no art. 90 da Lei Federal nº 14.133/2021.

17.4. A vigência do Contrato será de até **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, submetidas ao que determina o art. 105, da Lei Federal nº 14.133/2021, com eficácia após a publicação do seu extrato no **PNCP e DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO**, podendo ser prorrogado por

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO-SESMA/PMB

iguais e sucessivos períodos, desde que comprovada a vantajosidade de preço, conforme a especificidade e a necessidade de atendimento da garantia dos serviços adquiridos, conforme previsto no art. 114, da Lei Federal nº 14.133/2021.

17.5. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo de aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do **CONTRATADO**, previstas neste instrumento.

17.6. A recusa injustificada da licitante vencedora em assinar o Contrato ou retirar o instrumento equivalente com a Nota de Empenho, dentro do prazo estabelecido pela **CONTRATANTE**, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

17.7. O prazo para recebimento da Nota de Empenho poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo licitante vencedor durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

17.8. A **emissão da Nota de Empenho** está condicionada à verificação da regularidade da habilitação parcial do licitante vencedor no **SICAF**.

17.9. A **CONTRATADA** ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

17.10. A **CONTRATADA** deverá, durante todo o período de execução do Contrato, manter em seu quadro de funcionários a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com **Deficiência, para Reabilitado da Previdência Social e Aprendiz**, bem como as reservas de cargos previstas em outras legislações, se aplicáveis ao objeto licitado, de acordo com art. 116 da Lei Federal nº 14.133/2021, e Acórdão nº 1.802/2026-Plenário/TCU.

17.10.1. Sempre que solicitado pela **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** deverá comprovar o cumprimento da **reserva de cargos** a que se refere o **item acima**, com a indicação e comprovação dos empregados que preencherem as referidas vagas.

18. DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

18.1. Nos termos do art. 104, inciso III cominado com o artigo 117 da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 107.810/2023-PMB, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

18.2. O **CONTRATANTE**, através de funcionário ou comissão, doravante designado como **FISCAL DO CONTRATO**, efetuará a fiscalização e o acompanhamento da execução do objeto contratado, poderá a qualquer tempo exigir que a licitante **CONTRATADA** forneça os elementos necessários ao esclarecimento de dúvidas relativas ao fornecimento, tais como demonstrativos de custos, notas fiscais, etc.

18.3. Os serviços fornecidos estarão sujeitos a aceitação pelo **FISCAL DO CONTRATO**, a quem caberá direito de recusa caso os mesmos não estejam de acordo com as especificações constantes no **Anexo II**, ou caso se constate, nos mesmos, existência de vícios ou defeitos.

18.4. O aceite do objeto será formalizado pela **FISCAL DO CONTRATO** através do aceite ou atesto na respectiva nota fiscal. Não obstante o Aceite/Atesto, a **CONTRATADA** será responsável pelo perfeito fornecimento do objeto contratado, nos termos da legislação civil, penal e profissional. A fiscalização do fornecimento dos objetos não diminui ou substitui a responsabilidade da **CONTRATADA**.

18.5. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei Federal nº 14.133/2021.

18.6. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO-SESMA/PMB

18.7. Quaisquer tolerâncias, concessões ou liberalidades do **FISCAL DO CONTRATO** para com a **CONTRATADA**, quando não formalizadas mediante termo aditivo, não constituirão precedentes invocáveis e não terão o poder de alterar as obrigações estabelecidas.

19. DO REAJUSTE

19.1. Os preços inicialmente contratados são **fixos e irrevogáveis no prazo de 12 (doze) meses, a contar de 02/03/2026, da data do orçamento estimado.**

19.1.1. Dentro do prazo de vigência do Contrato e mediante solicitação da **CONTRATADA**, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o **interregno de um ano**, aplicando-se o **IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo**, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

19.2. Nos **reajustes subsequentes ao primeiro**, o **interregno mínimo de um ano** será contado a partir dos efeitos financeiros do **último reajuste**.

19.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de **reajustamento**, o **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a **CONTRATADA** obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao **reajustamento de preços** do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

19.4. Caso o índice estabelecido para **reajustamento** venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

19.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para **reajustamento do preço** do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

19.6. O **reajuste** será realizado por apostilamento.

19.7. Não será devido **reajuste** quando o atraso na entrega do serviço (solução) for atribuível a **CONTRATADA**.

20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E CONTRATADA

20.1. As **obrigações da CONTRATANTE e CONTRATADA** são as previstas nos **itens 15 e 16 do Termo de Referência – Anexo I c/c Minutas da Ata de Registro de Preços e Contrato.**

21. DO DETALHAMENTO, RECEBIMENTO E PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

21.1. As condições de recebimento, local e o prazo de entrega deverão ocorrer de acordo com o previsto nos **itens 3, 4, 13, 14 e subitens do Termo de Referência – Anexo I, Anexos A-I, II c/c Minuta de Contrato.**

22. DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

22.1. Recebida a **Nota Fiscal** ou **documento de cobrança equivalente**, correrá o prazo de **até 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação**, na forma desta seção, **prorrogáveis por igual período**, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

22.1.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2021.

22.2. Para fins de **liquidação**, o setor competente deverá verificar se a **Nota Fiscal** ou **instrumento de cobrança equivalente** apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

22.2.1. A data da emissão;

22.2.2. Os dados do Contrato e do **ÓRGÃO CONTRATANTE**;

22.2.3. O período respectivo de execução do Contrato;

22.2.4. O valor a pagar; e

22.2.5. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO-SESMA/PMB

22.3. Havendo erro na apresentação da **Nota Fiscal** ou **instrumento de cobrança equivalente**, ou circunstância que impeça a **liquidação da despesa**, esta ficará sobrestada até que o **CONTRATADO** providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao **CONTRATANTE**.

22.4. A **Nota Fiscal** ou **instrumento de cobrança equivalente** deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta “**on-line**” ao **SICAF** ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021.

22.5. A Administração deverá realizar consulta ao **SICAF** para: **a)** verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; **b)** identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018).

22.6. Constatando-se, junto ao **SICAF**, a situação de irregularidade do **CONTRATADO**, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser **prorrogado uma vez, por igual período**, a critério do **CONTRATANTE**.

22.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o **CONTRATANTE** deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do **CONTRATADO**, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

22.8. Persistindo a irregularidade, o **CONTRATANTE** deverá adotar as medidas necessárias à **rescisão contratual** nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao **CONTRATADO** a ampla defesa.

22.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do Contrato, caso o **CONTRATADO** não regularize sua situação junto ao **SICAF**.

22.10. O preço ajustado será total, fixo e definitivo, expresso em moeda corrente do país.

22.11. Os pagamentos serão efetuados **mensalmente** de acordo com **item 3.11 (CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO)** c/c as **medições** aferidas pela **SESMA** conforme **item 3.10 (CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO)** do **Termo de Referência – Anexo I**, em **até 30 (trinta) dias subsequentes ao fornecimento**, mediante a apresentação da Fatura (Nota Fiscal) devidamente atestada e visada pelo setor competente, após conferência das quantidades e da qualidade do mesmo.

22.12. O pagamento será creditado em favor da **CONTRATADA**, por meio de ordem bancária junto à agência bancária indicada na declaração fornecida pelo licitante, contados do recebimento definitivo dos serviços e mediante a apresentação dos documentos fiscais legalmente exigíveis e devidamente atestados pelo servidor/Comissão de Recebimento.

22.13. Será procedida consulta “**On-Line**” junto ao **SICAF** antes de cada pagamento a ser efetuado a **CONTRATADA**, para verificação das condições exigidas na contratação, cujos resultados serão impressos e juntados aos autos do processo próprio. Caso fique constatado o vencimento das guias de recolhimento do **FGTS**, da **Previdência Social** e **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT** a **CONTRATADA** deverá apresentar, no prazo constado na solicitação feita pela Administração, a sua regularização.

22.14. No caso de atraso de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela **CONTRATANTE** encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

22.15. No caso de eventual atraso de pagamento por culpa comprovada da **CONTRATANTE**, o valor devido deverá ser acrescido de multa de atualização monetária financeira, apurados entre a data de vencimento da Nota Fiscal e a do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados a taxa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$I = (TX / 100) / 365$$

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO-SESMA/PMB

$EM = I \times N \times VP$

Onde:

I = Índice de Atualização Financeira

TX = Percentual da Taxa de Juros de Mora Anual - 6% (seis por cento) / Ano

VP = Valor da Parcela em atraso

EM = Encargos Moratórios

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

22.16. Caso haja aplicação de **multa** em favor da **CONTRATANTE**, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente da **CONTRATADA**. Caso esse valor seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.

22.17. Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer nota fiscal/fatura, por culpa da **CONTRATADA**, o prazo de **30 (trinta) dias** reiniciar-se-á a contar da respectiva reapresentação.

23. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

23.1. As despesas decorrentes das contratações oriundas da **Ata de Registro de Preço** serão arcadas através das dotações orçamentárias próprias, indicadas antes da formalização do(s) Contrato(s), conforme previsões/suplementações no Orçamento da **SESMA/PMB**.

24. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

24.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, o licitante que, com **dolo ou culpa**:

24.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

24.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

- a) Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b) Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c) Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- d) Deixar de apresentar amostra;
- e) Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do Edital.

24.1.3. Não celebrar o Contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

24.1.4. Recusar-se, sem justificativa, assinar o Contrato ou a Ata de Registro de Preço, ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

24.1.5. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

24.1.6. Fraudar a licitação;

24.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- a) Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- b) Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- c) Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

24.1.8. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

24.1.9. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/13.

24.2. Com fulcro na Lei Federal nº 14.133/2021, a Administração poderá, **garantida a prévia defesa**, aplicar ao(s) licitante(s) e/ou adjudicatário(s) as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- a) **Advertência;**
- b) **Multa;**
- c) **Impedimento de licitar e contratar;** e

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO-SESMA/PMB

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

24.3. Na aplicação das **sanções** serão considerados:

24.3.1.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

24.3.1.2. As peculiaridades do caso concreto;

24.3.1.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

24.3.1.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

24.3.1.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

24.4. A **multa** será recolhida em percentual de **0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento)** incidente sobre o valor do Contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar da comunicação oficial:

a) Para as infrações previstas nos **itens 24.1.1, 24.1.2 e 24.1.3**, a **multa** será de **0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento)** do valor do Contrato licitado;

b) Para as infrações previstas nos **itens 24.1.5, 24.1.6, 24.1.7, 24.1.8 e 24.1.9**, a **multa** será de **15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento)** do valor do Contrato licitado.

24.5. As sanções de **advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** poderão ser aplicadas, **cumulativamente ou não**, à penalidade de **multa**.

24.6. Na aplicação da **sanção de multa** será **facultada a defesa** do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação.

24.7. A sanção de **impedimento de licitar e contratar** será aplicada ao responsável em decorrência das **infrações administrativas** relacionadas nos **itens 24.1.1, 24.1.2 e 24.1.3**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de **3 (três) anos**.

24.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, em decorrência da prática das **infrações dispostas** nos **itens 24.1.5, 24.1.6, 24.1.7, 24.1.8 e 24.1.9**, bem como pelas **infrações administrativas** previstas nos **itens 24.1.1, 24.1.2 e 24.1.3** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de **impedimento de licitar e contratar**, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

24.9. A **recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Contrato ou a Ata de Registro de Preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente** no prazo estabelecido pela Administração, descrita nos **itens 24.1.3 e 24.1.4**, caracterizará o **descumprimento total da obrigação assumida** e o sujeitará às penalidades e a imediata perda da **Garantia de Proposta** em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, legalmente estabelecidas nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME nº 73/2022.

24.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de **impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por **comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis**, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação, **apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir**.

24.11. Caberá recurso no prazo de **15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar**, contado da data da intimação, o qual será **dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida**, que, se não a reconsiderar no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua **decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos**.

24.12. Caberá a apresentação de **pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data da intimação, e decidido no **prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento**.

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO-SESMA/PMB

24.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

24.14. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

25. DA ANULAÇÃO, DA REVOGAÇÃO E DA RESCISÃO

25.1. A autoridade superior poderá revogar a licitação em face de razões de Interesse Público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

25.2. A anulação do procedimento licitatório induz a da Ata de Registro de Preços e do Contrato.

25.3. Os licitantes não terão direito a indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do fornecedor de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento da Ata de Registro de Preços e das condições deste Edital.

25.4. No caso de desfazimento de processo licitatório fica assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

25.5. Constituem motivos para a rescisão do instrumento contratual as estabelecidas no art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021.

25.6. A rescisão, devidamente motivada nos autos, será antecedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. Assegura-se ao **CONTRATANTE**, no caso de rescisão culposa, sem prejuízo das sanções cabíveis, os direitos estabelecidos no art. 139 da Lei Federal nº 14.133/2021.

26. DA SUBCONTRATAÇÃO

26.1. Nos termos do art. 122, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, será permitida a **SUBCONTRATAÇÃO PARCIAL** do objeto deste instrumento, devendo ser submetido previamente à aprovação da **CONTRATANTE** qualquer intenção de **SUBCONTRATAÇÃO**, sendo vedada a **SUBCONTRATAÇÃO TOTAL**. Ressalta-se que não se estabelece qualquer relação contratual direta entre a **Administração Pública** e a empresa **SUBCONTRATADA**, sendo esta vinculada exclusivamente à **CONTRATADA**.

27. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

27.1. É admissível a **fusão, cisão ou incorporação** da **CONTRATADA**, com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do Contrato.

28. DO FORO

28.1. As questões decorrentes da execução deste Edital, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Comum, no Foro da cidade de Belém/PA, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

29. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

29.1. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase do Pregão, promover diligências destinadas a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam constar originariamente da proposta ou da documentação.

29.2. Este Pregão poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida, por conveniência exclusiva da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SESMA**.

29.3. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e documentos relativos a esta licitação e a **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SESMA** não será,

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO-SESMA/PMB

em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente do resultado do procedimento licitatório.

29.4. Os licitantes serão responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

29.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a Sessão Pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

29.6. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição das suas qualificações e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da Sessão Pública de Pregão.

29.7. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados.

29.8. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com observância das devidas disposições legislativas.

29.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus Anexos ou demais peças que compõem o processo licitatório, prevalecerá as deste Edital.

29.10. Na contagem de todos os prazos estabelecidos neste Edital excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, **exceto** quando for explicitamente disposto em contrário.

29.11. Só se iniciam e vencem os prazos referidos acima em dia de expediente nesta Secretaria.

29.11.1. Se o vencimento cair em dia que não houver expediente ou, se este for encerrado antes do horário normal, nesta Secretaria, serão prorrogados para o primeiro dia útil seguinte.

29.12. A adjudicação e homologação do resultado desta licitação não implicará direito ao empenho.

30. ANEXOS INTEGRANTES

30.1. Constituem Anexos do Edital e dele fazem parte integrante, independentemente de transcrição:

Anexo (Apêndice) - Estudo Técnico Preliminar (Arquivo em pdf)

Anexo (Apêndice) – Mapa de Riscos (Arquivo em pdf)

Anexo I - Termo de Referência (Arquivo em pdf)

Anexo A-I - Descritivo Técnico do Sistema (Arquivo em pdf, anexo no TR)

Anexo A-II - Especificações e Quantitativo Total Consolidado (Arquivo em pdf, anexo no TR)

Anexo A-III - Relação dos Locais de Instalações (Arquivo em pdf, anexo no TR)

Anexo A-IV - Roteiro para Prova de Conceito (Arquivo em pdf, anexo no TR)

Anexo A-V - Especificação Técnica dos Equipamentos em Comodato (Arquivo em pdf, anexo no TR)

Anexo A-VI - Modelo de Atestado de Visita Técnica (Arquivo em pdf, anexo no TR)

Anexo II - Especificação Técnica, Quantitativo Estimado e Valor Máximo Admissível

Anexo III - Modelo de Proposta Comercial

Anexo IV - Minuta da Ata de Registro de Preços, Cadastro de Reserva e Extrato

Anexo V - Minuta do Contrato

CLEIDSON

FERREIRA

CHAVES:02587

567211

Assinado de forma
digital por CLEIDSON
FERREIRA
CHAVES:0258756721

1

Belém/PA, 10 de setembro de 2026.

Cleidson Ferreira Chaves
Autoridade Superior

MARCELA

BELO

GUIMARAES:7575842

3220

75758423220

Assinado de forma
digital por MARCELA
BELO
GUIMARAES:7575842
3220
Dados: 2026.09.16
14:28:50 -03'00'

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO-SESMA/PMB

ANEXO II

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA, QUANTITATIVO ESTIMADO E VALOR MÁXIMO ADMISSÍVEL

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR GLOBAL DO SERVIÇO
1	CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA FORNECER LICENÇA DE USO DE SISTEMA INFORMATIZADO MODULAR DE GESTÃO INTEGRADA EM SAÚDE, incluindo implantação, migração de dados, treinamento, manutenção, suporte técnico, customização, hospedagem em datacenter (cloud), comodato de equipamentos e infraestrutura que contemplem as necessidades de informatização dos estabelecimentos de saúde da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELÉM – SESMA.	Serviço	1	31.530.206,51

SUB ITENS	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR MENSAL R\$	VALOR ANUAL R\$
1.1	MÓDULO APLICATIVO MOBILE PARA ACS COM COMODATO DE TABLET.	Unidade	1.700	312,39	531.063,00	6.372.756,00
1.2	IMPLANTAÇÃO DO MÓDULO APLICATIVO MOBILE PARA ACS.	Unidade	1.700	313,33	-	532.661,00
1.3	MÓDULO GESTÃO DE ENDEMIAS E APLICATIVO MOBILE PARA ACE COM COMODATO DE TABLET.	Unidade	1.000	312,39	312.390,00	3.748.680,00
1.4	IMPLANTAÇÃO DO MÓDULO GESTÃO DE ENDEMIAS E APLICATIVO MOBILE PARA ACE.	Unidade	1.000	313,33	-	313.330,00
1.5	MÓDULO GESTÃO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE E APLICATIVO MOBILE PARA FISCAIS DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA COM COMODATO DE TABLET.	Unidade	150	312,39	48.858,50	562.302,00
1.6	IMPLANTAÇÃO DO MÓDULO GESTÃO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE E APLICATIVO MOBILE PARA FISCAIS DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA.	Unidade	150	313,33	-	46.999,50
1.7	MÓDULO APLICATIVO DO CIDADÃO E ASSISTENTE VIRTUAL.	Mês	12	102.698,75	102.698,75	1.232.385,00
1.8	IMPLANTAÇÃO DO MÓDULO APLICATIVO DO CIDADÃO E ASSISTENTE VIRTUAL.	Unidade	1	101.666,67	-	101.666,67
1.9	MÓDULO PAINEL DE INDICADORES B.I (BUSINESS INTELLIGENCE).	Mês	12	92.637,50	92.637,50	1.111.650,00
1.10	IMPLANTAÇÃO DO MÓDULO PAINEL DE INDICADORES B.I (BUSINESS INTELLIGENCE).	Unidade	1	96.666,67	-	96.666,67
1.11	MÓDULOS: GESTÃO HOSPITALAR E GESTÃO PARA UPA.	Unidade	10	9.750,00	97.500,00	1.170.000,00
1.12	IMPLANTAÇÃO DOS MÓDULOS: GESTÃO HOSPITALAR E GESTÃO PARA UPA.	Unidade	10	17.625,00	-	176.250,00
1.13	MÓDULOS: GESTÃO SAMU COM COMODATO DE 50 TABLETS, REGULAÇÃO, GESTÃO DE FROTAS E TFD, PRONTUÁRIO ELETRÔNICO, ASSINATURA DIGITAL EM PRONTUÁRIO ELETRÔNICO E PAINEL DE ATENDIMENTO.	Mês	12	107.487,50	107.487,50	1.289.850,00

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO-SESMA/PMB

1.14	IMPLANTAÇÃO DOS MÓDULOS: GESTÃO SAMU COM COMODATO DE 50 TABLETS, REGULAÇÃO, GESTÃO DE FROTAS E TFD, PRONTUÁRIO ELETRÔNICO, ASSINATURA DIGITAL EM PRONTUÁRIO ELETRÔNICO E PAINEL DE ATENDIMENTO.	Unidade	1	101.666,67	-	101.666,67
1.15	MÓDULO UBS CONECTADA COM COMODATO DE EQUIPAMENTOS, INFRAESTRUTURA DE REDE DE DADOS E INTERNET.	Unidade	100	8.383,33	838.333,00	10.059.996,00
1.16	IMPLANTAÇÃO DO MÓDULO UBS CONECTADA.	Unidade	100	12.916,67	-	1.291.667,00
1.17	MÓDULO TELEMEDICINA COM TARIFA ZERO RATING (BILLING REVERSO).	Mês	12	88.500,00	88.500,00	1.062.000,00
1.18	IMPLANTAÇÃO DO MÓDULO TELEMEDICINA.	Unidade	1	77.250,00	-	77.250,00
1.19	SUORTE PRESENCIAL, REMOTO E SOBRE AVISO.	Mês	12	104.802,50	104.802,50	1.257.630,00
1.20	HOSPEDAGEM EM DATACENTER (CLOUD).	Mês	12	28.275,00	28.275,00	339.300,00
1.21	HORAS TÉCNICAS DE CUSTOMIZAÇÃO (SOB DEMANDA).	Hora	2.000	292,75	-	585.500,00
VALOR TOTAL R\$				31.530.206,51		

✓ **Legenda: (-) Sem Valor Mensal**

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO-SESMA/PMB

ANEXO III
MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

(Em papel timbrado, contendo CNPJ, endereço, telefone e demais dados necessários a formulação do contrato)

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SESMA

Ao Pregoeiro

Processo nº _____ Edital PE nº _____ /202X-SRP.

Apresentamos a V.Sª, nossa proposta de preços de fornecimento dos seguintes itens, nos termos do Edital e seus Anexos, conforme abaixo relacionado:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR GLOBAL DO SERVIÇO
1	CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA FORNECER LICENÇA DE USO DE SISTEMA INFORMATIZADO MODULAR DE GESTÃO INTEGRADA EM SAÚDE , incluindo implantação, migração de dados, treinamento, manutenção, suporte técnico, customização, hospedagem em datacenter (cloud), comodato de equipamentos e infraestrutura que contemplem as necessidades de informatização dos estabelecimentos de saúde da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELÉM – SESMA .	Serviço	1	

SUB ITENS	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR MENSAL R\$	VALOR ANUAL R\$
1.1	MÓDULO APLICATIVO MOBILE PARA ACS COM COMODATO DE TABLET.	Unidade	1.700			
1.2	IMPLANTAÇÃO DO MÓDULO APLICATIVO MOBILE PARA ACS.	Unidade	1.700		-	
1.3	MÓDULO GESTÃO DE ENDEMIAS E APLICATIVO MOBILE PARA ACE COM COMODATO DE TABLET.	Unidade	1.000			
1.4	IMPLANTAÇÃO DO MÓDULO GESTÃO DE ENDEMIAS E APLICATIVO MOBILE PARA ACE.	Unidade	1.000		-	
1.5	MÓDULO GESTÃO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE E APLICATIVO MOBILE PARA FISCALIS DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA COM COMODATO DE TABLET.	Unidade	150			
1.6	IMPLANTAÇÃO DO MÓDULO GESTÃO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE E APLICATIVO MOBILE PARA FISCALIS DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA.	Unidade	150		-	
1.7	MÓDULO APLICATIVO DO CIDADÃO E ASSISTENTE VIRTUAL.	Mês	12			
1.8	IMPLANTAÇÃO DO MÓDULO APLICATIVO DO CIDADÃO E ASSISTENTE VIRTUAL.	Unidade	1		-	
1.9	MÓDULO PAINEL DE INDICADORES B.I (BUSINESS INTELLIGENCE).	Mês	12			
1.10	IMPLANTAÇÃO DO MÓDULO PAINEL DE INDICADORES B.I (BUSINESS INTELLIGENCE).	Unidade	1		-	
1.11	MÓDULOS: GESTÃO HOSPITALAR E GESTÃO PARA UPA.	Unidade	10			
1.12	IMPLANTAÇÃO DOS MÓDULOS: GESTÃO HOSPITALAR E GESTÃO PARA UPA.	Unidade	10		-	
1.13	MÓDULOS: GESTÃO SAMU COM COMODATO DE 50 TABLETS, REGULAÇÃO, GESTÃO DE FROTAS E TFD, PRONTUÁRIO ELETRÔNICO, ASSINATURA DIGITAL EM PRONTUÁRIO ELETRÔNICO E PAINEL DE ATENDIMENTO.	Mês	12			
1.14	IMPLANTAÇÃO DOS MÓDULOS: GESTÃO SAMU COM COMODATO DE 50 TABLETS, REGULAÇÃO, GESTÃO DE FROTAS E TFD, PRONTUÁRIO ELETRÔNICO, ASSINATURA DIGITAL EM PRONTUÁRIO ELETRÔNICO E PAINEL DE ATENDIMENTO.	Unidade	1		-	
1.15	MÓDULO UBS CONECTADA COM COMODATO DE EQUIPAMENTOS, INFRAESTRUTURA DE REDE DE DADOS E INTERNET.	Unidade	100			
1.16	IMPLANTAÇÃO DO MÓDULO UBS CONECTADA.	Unidade	100		-	

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO-SESMA/PMB

1.17	MÓDULO TELEMEDICINA COM TARIFA ZERO RATING (BILLING REVERSO).	Mês	12			
1.18	IMPLANTAÇÃO DO MÓDULO TELEMEDICINA.	Unidade	1		-	
1.19	SUORTE PRESENCIAL, REMOTO E SOBRE AVISO.	Mês	12			
1.20	HOSPEDAGEM EM DATACENTER (CLOUD).	Mês	12			
1.21	HORAS TÉCNICAS DE CUSTOMIZAÇÃO (SOB DEMANDA).	Hora	2.000		-	
VALOR TOTAL R\$						
Valor por extenso:						

IMPORTANTE: No preço ofertado já deverão estar inclusos os valores correspondentes ao frete, taxas, impostos e demais despesas, tudo de responsabilidade da CONTRATADA.

Prazo de validade da Proposta de Preços: não inferior a 120 (cento e vinte) dias, contados da data de sua apresentação.

Local da Prestação dos Serviços: conforme informados no Anexo A-III do Edital.

Início do Projeto de Implantação: até 30 (trinta) dias corridos após a assinatura do Contrato e de acordo com a solicitação formal do órgão CONTRATANTE, e não poderá ter prazo de execução superior a 6 (seis) meses, e ainda, respeitando os prazos do Cronograma Físico-Financeiro de cada fase do Projeto, cuja entrega no seguinte endereço: Núcleo de Assessoria em Tecnologia da Informação NATI/DEAD/SESMA, situado na Av. Governador José Malcher, nº 2821, 3º andar, Bairro: São Brás, CEP: 66.090-100 - Belém/PA, no horário de 08h às 12h e de 14h às 16h, de 2ª a 6ª-feira (dias úteis).

Informação da Garantia do serviço ofertado, não podendo ser menor que 12 (doze) meses, durante a vigência contratual, a contar da data de entrega.

Declaramos, sob as penas da lei:

- Nos comprometemos a fornecer o(s) serviço(s) objeto(s) licitado(s), nas condições e exigências estabelecidas no Edital, Termo de Referência - Anexo I e Anexos A-I, A-II, A-III, A-V e Anexo II;
- Declaramos que o(s) serviço(s) será(ão) entregue(s) estritamente de acordo com as especificações, condições, exigências constantes no Edital, Termo de Referência - Anexo I e Anexos A-I, A-II, A-III, A-V e Anexo II, bem como, nos seus demais Anexos, sob pena de não serem aceitos pelo órgão licitante;
- Que estamos de pleno acordo com todas as condições e exigências estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Edital, Termo de Referência - Anexo I e Anexos A-I, A-II, A-III, A-V e Anexo II e instrumento de Contrato;
- Estar cientes da responsabilidade administrativa, civil e penal, bem como ter tomado conhecimento de todas as informações e condições necessárias à correta cotação do objeto licitado;
- Que os preços propostos estão incluídos todos os **custos e despesas**, frete, taxas e impostos, tributos, encargos fiscais, comerciais, sociais e trabalhistas, transporte, inclusive desembaraço alfandegário e outros inerentes ao objeto relativo ao procedimento licitatório **PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº ____/202X**, inclusive despesas necessárias ao cumprimento integral do objeto, não sendo considerados pleitos de acréscimos a esse ou a qualquer título posteriormente, observadas ainda as isenções previstas na legislação;
- Que cumprimos todos os **prazos** estabelecidos no Edital e seus Anexos;
- Que os valores ofertados na proposta serão **fixos e irrevogáveis**;

Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemos a assinar o contrato no prazo determinado no documento de convocação, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

Razão Social: _____
 CNPJ/MF: _____
 Endereço: _____
 CEP: _____
 Telefone/Celular: (0XX) _____

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO-SESMA/PMB

Endereço Eletrônico (e-mail): _____

Cidade: _____

UF: _____

Banco: _____

Agência: _____

C/C: _____

Dados do Representante Legal da Empresa:

Nome: _____

Endereço: _____

CEP: _____ Cidade: _____ UF: _____

CPF/MF: _____ Cargo/Função: _____

RG nº: _____ Expedido por: _____

Naturalidade: _____ Nacionalidade: _____

Telefone/Celular: (0XX) _____

Local e data

Assinatura e carimbo
(representante legal da empresa)**OBSERVAÇÕES:**

A empresa poderá utilizar o Anexo III como modelo para a proposta de preços, devendo apresentar o “valor Global” e especificação de cada “Subitem” que compõem o escopo do serviço licitado, detalhadamente.

Não será aceito na especificação do serviço/objeto ofertado à expressão “similar”, e ainda, sendo vedadas na proposta ajustada, informações e descrições vagas, como “de acordo”, “conforme Edital”, “modelo xx”, “conforme proposta a apresentar”, etc.

Não será aceita imposição de valor mínimo para faturamento do pedido e de faturamento mínimo na proposta.

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO-SESMA/PMB

ANEXO IV**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXX/202X-SESMA**

Aos dias do mês de do ano de 202X, o **MUNICÍPIO DE BELÉM**, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SESMA**, por seu representante legal, nos termos do Decretos Federais nº 8.538/2015 e nº 11.462/2023, Lei Municipal nº 9.209A/16, Decretos Municipais nº 107.634/2023, nº 109.040/2023, nº 107.923/2023 e alterações posteriores, aplicando-se subsidiariamente, a Lei Federal nº 14.133/2021 e, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº/202X-SESMA, do processo nº XXX/202X, adjudicado e homologado pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SESMA**, em/...../202X, registrou-se o preço oferecido pela empresa _____, CNPJ nº _____, com sede na Av. _____, nº _____, bairro: _____, CEP: _____ - _____, _____, telefone: (xx) _____ - _____, fax (xx) _____ - _____, e-mail: _____, representado pelo Sr(a). _____, RG nº _____, CPF nº _____, cuja proposta foi classificada em 1º lugar no certame supracitado para o item e subitens.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – A presente **Ata de Registro de Preços** estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro de preços objetivando a “**CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA FORNECER LICENÇA DE USO DE SISTEMA INFORMATIZADO MODULAR DE GESTÃO INTEGRADA EM SAÚDE**”, incluindo implantação, migração de dados, treinamento, manutenção, suporte técnico, customização, hospedagem em datacenter (cloud), comodato de equipamentos e infraestrutura que contemplem as necessidades de informatização dos estabelecimentos de saúde da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELÉM – SESMA**, cujos quantitativos, especificações, preços e fornecedores foram previamente definidos através do procedimento licitatório em epígrafe.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES

2.1 – Integra a presente Ata de Registro de Preços, a **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SESMA**, na qualidade de **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

Parágrafo único – Qualquer órgão ou entidade da Administração Pública poderá solicitar a utilização da presente Ata de Registro de Preços independentemente da participação ou não na licitação em epígrafe, observadas as exigências contidas na legislação aplicável.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 – A partir desta data ficam registrados na **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SESMA** o(s) preço(s) do fornecedor a seguir relacionado, objetivando o compromisso da “**CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA FORNECER LICENÇA DE USO DE SISTEMA INFORMATIZADO MODULAR DE GESTÃO INTEGRADA EM SAÚDE**”, nas condições estabelecidas no ato convocatório:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR GLOBAL DO SERVIÇO
1	CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA FORNECER LICENÇA DE USO DE SISTEMA INFORMATIZADO MODULAR DE GESTÃO INTEGRADA EM SAÚDE, incluindo implantação, migração de dados, treinamento, manutenção, suporte técnico, customização, hospedagem em datacenter (cloud), comodato de equipamentos e infraestrutura que contemplem as necessidades de informatização dos estabelecimentos de saúde da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELÉM – SESMA .	Serviço	1	

SUB ITENS	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO R\$
1.1	MÓDULO APLICATIVO MOBILE PARA ACS COM COMODATO DE TABLET.	Unidade	1.700	
1.2	IMPLANTAÇÃO DO MÓDULO APLICATIVO MOBILE PARA ACS.	Unidade	1.700	
1.3	MÓDULO GESTÃO DE ENDEMIAS E APLICATIVO MOBILE PARA ACE COM COMODATO DE TABLET.	Unidade	1.000	

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO-SESMA/PMB

1.4	IMPLANTAÇÃO DO MÓDULO GESTÃO DE ENDEMIAS E APLICATIVO MOBILE PARA ACE.	Unidade	1.000	
1.5	MÓDULO GESTÃO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE E APLICATIVO MOBILE PARA FISCAS DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA COM COMODATO DE TABLET.	Unidade	150	
1.6	IMPLANTAÇÃO DO MÓDULO GESTÃO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE E APLICATIVO MOBILE PARA FISCAS DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA.	Unidade	150	
1.7	MÓDULO APLICATIVO DO CIDADÃO E ASSISTENTE VIRTUAL.	Mês	12	
1.8	IMPLANTAÇÃO DO MÓDULO APLICATIVO DO CIDADÃO E ASSISTENTE VIRTUAL.	Unidade	1	
1.9	MÓDULO PAINEL DE INDICADORES B.I (BUSINESS INTELLIGENCE).	Mês	12	
1.10	IMPLANTAÇÃO DO MÓDULO PAINEL DE INDICADORES B.I (BUSINESS INTELLIGENCE).	Unidade	1	
1.11	MÓDULOS: GESTÃO HOSPITALAR E GESTÃO PARA UPA.	Unidade	10	
1.12	IMPLANTAÇÃO DOS MÓDULOS: GESTÃO HOSPITALAR E GESTÃO PARA UPA.	Unidade	10	
1.13	MÓDULOS: GESTÃO SAMU COM COMODATO DE 50 TABLETS, REGULAÇÃO, GESTÃO DE FROTAS E TFD, PRONTUÁRIO ELETRÔNICO, ASSINATURA DIGITAL EM PRONTUÁRIO ELETRÔNICO E PAINEL DE ATENDIMENTO.	Mês	12	
1.14	IMPLANTAÇÃO DOS MÓDULOS: GESTÃO SAMU COM COMODATO DE 50 TABLETS, REGULAÇÃO, GESTÃO DE FROTAS E TFD, PRONTUÁRIO ELETRÔNICO, ASSINATURA DIGITAL EM PRONTUÁRIO ELETRÔNICO E PAINEL DE ATENDIMENTO.	Unidade	1	
1.15	MÓDULO UBS CONECTADA COM COMODATO DE EQUIPAMENTOS, INFRAESTRUTURA DE REDE DE DADOS E INTERNET.	Unidade	100	
1.16	IMPLANTAÇÃO DO MÓDULO UBS CONECTADA.	Unidade	100	
1.17	MÓDULO TELEMEDICINA COM TARIFA ZERO RATING (BILLING REVERSO).	Mês	12	
1.18	IMPLANTAÇÃO DO MÓDULO TELEMEDICINA.	Unidade	1	
1.19	SUORTE PRESENCIAL, REMOTO E SOBRE AVISO.	Mês	12	
1.20	HOSPEDAGEM EM DATACENTER (CLOUD).	Mês	12	
1.21	HORAS TÉCNICAS DE CUSTOMIZAÇÃO (SOB DEMANDA).	Hora	2.000	

CLAUSULA QUARTA – DO CADASTRO DE RESERVA

4.1 – Caso haja o **Cadastro de Reserva** a listagem referente ao presente registro de preços constará em anexo desta Ata.

CLAUSULA QUINTA – DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1 – As quantidades previstas para os itens com preços registrados na Ata de Registro de Preços poderão ser **remanejadas** pelo **ÓRGÃO** ou **ENTIDADE GERENCIADORA** entre os **ÓRGÃOS** ou as **ENTIDADES PARTICIPANTES** do registro de preços.

5.1.1 – O **remanejamento** somente poderá ser feito:

- Entre **ÓRGÃOS** ou **ENTIDADE PARTICIPANTE**;
- O **ÓRGÃO** ou **ENTIDADE GERENCIADORA** que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do **remanejamento**;
- Competirá ao **ÓRGÃO** ou à **ENTIDADE GERENCIADORA** autorizar o **remanejamento** solicitado, com a **redução do quantitativo inicialmente informado** pelo **ÓRGÃO** ou pela **ENTIDADE PARTICIPANTE**, desde que haja **prévia anuência** do **ÓRGÃO** ou da **ENTIDADE** que sofrer **redução dos quantitativos informados**.

CLÁUSULA SEXTA – DO FORNECIMENTO

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO-SESMA/PMB

6.1 – O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo órgão demandante mediante a formalização de instrumento de contrato e emissão/recebimento da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Pregão Eletrônico.

Parágrafo primeiro – O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento da Nota de Empenho pelo Fornecedor.

Parágrafo segundo – O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

Parágrafo terceiro – O fornecedor se obriga a manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital do Pregão Eletrônico.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1 – Os preços registrados poderão ser **alterados ou atualizados** em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, nas seguintes situações:

7.1.1 – Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da Ata de Registro de Preços tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021;

7.1.2 – Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

7.1.3 – Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de **reajustamento** sobre o(s) preço(s) registrado(s), nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021;

7.1.4 – No caso do **reajustamento**, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação, mediante solicitação do Beneficiário.

CLAUSULA OITAVA – DA NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

8.1 – Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o **ÓRGÃO** ou **ENTIDADE GERENCIADORA** convocará o fornecedor para **negociar a redução do preço registrado**.

8.2 – **Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado**, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.3 – Na hipótese prevista no **item anterior**, o **GERENCIADOR** da Ata de Registro de Preços convocará os fornecedores do **cadastro de reserva** (se houver), na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

8.4 – **Se não obtiver êxito nas negociações**, o **ÓRGÃO** ou **ENTIDADE GERENCIADORA** procederá ao **CANCELAMENTO** da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

8.5 – Na hipótese de **redução do preço registrado**, o **GERENCIADOR** comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado Contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.6 – Na hipótese de o preço de mercado tornar-se **superior ao preço registrado** e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na Ata de Registro de Preços, será facultado ao fornecedor requerer ao **GERENCIADOR** a alteração do preço registrado, **mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso**.

8.6.1 – Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a **documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado** em relação às condições inicialmente pactuadas.

8.7 – Na hipótese de **não comprovação da existência de fato superveniente** que inviabilize o preço registrado, o pedido será **indeferido** pelo **ÓRGÃO** ou **ENTIDADE GERENCIADORA** e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, **sob pena de cancelamento do seu registro**, nos

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO-SESMA/PMB

termos do **item 8.6**, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, e na legislação aplicável.

8.8 – Na hipótese de **cancelamento do registro** do fornecedor, nos termos do **item anterior**, o **GERENCIADOR** convocará os fornecedores do **cadastro de reserva**, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

8.9 – Se não obtiver êxito nas negociações, o **ÓRGÃO** ou **ENTIDADE GERENCIADORA** procederá ao **cancelamento** da Ata de Registro de Preços, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

8.10 – Na hipótese de **comprovação da majoração do preço de mercado** que inviabilize o preço registrado, o **ÓRGÃO** ou **ENTIDADE GERENCIADORA** atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8.11 – O **ÓRGÃO** ou **ENTIDADE GERENCIADORA** comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado Contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLAUSULA NONA – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os **ÓRGÃOS** e as **ENTIDADES** da Administração municipal que não participaram do procedimento de **IRP** poderão aderir à Ata de Registro de Preços na condição de **NÃO PARTICIPANTES**, desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitadas, no que couberem, as condições e as regras estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 107.923/2023 e alterações posteriores, relativas à utilização do Sistema de Registro de Preços do certame, mediante prévia consulta ao **ÓRGÃO** ou **ENTIDADE GERENCIADOR**.

9.1.1 – Após a autorização do **ÓRGÃO GERENCIADOR**, o **ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE** deverá efetivar a **aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias**, observado o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços.

9.2 – Dos limites para as adesões:

9.2.1 – As **aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder**, por **ÓRGÃO** ou **ENTIDADE**, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na Ata de Registro de Preços para o **GERENCIADOR** e para os **PARTICIPANTES**;

9.2.2 – O quantitativo decorrente das adesões **não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado** na Ata de Registro de Preços para o **GERENCIADOR** e os **PARTICIPANTES**, independentemente do número de **ÓRGÃOS** ou **ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES** que aderirem à Ata de Registro de Preços.

9.3 – É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

10.1 – O registro do fornecedor será **cancelado** pelo **GERENCIADOR**, quando o fornecedor:

10.1.1 – **Descumprir as condições** da Ata de Registro de Preços, sem motivo justificado;

10.1.2 – **Não retirar a Nota de Empenho, ou instrumento equivalente**, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

10.1.3 – **Não aceitar manter seu preço registrado**, na hipótese prevista no artigo 27, §2º, do Decreto Federal nº 11.462/2023; ou sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021;

10.1.3.1 – Na hipótese de **aplicação de sanção** prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, poderá o **ÓRGÃO** ou a **ENTIDADE GERENCIADORA** poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

10.1.4 – O **cancelamento** de registros nas hipóteses previstas no **item 10.1** será formalizado por despacho do **ÓRGÃO** ou da **ENTIDADE GERENCIADORA**, garantidos os princípios do **contraditório e da ampla defesa**;

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO-SESMA/PMB

10.1.5 – Por razão de **interesse público**;

10.1.6 – A **pedido do fornecedor**, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

10.1.7 – Se **não houver êxito nas negociações**, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do arts. 26, §3º e 27, §4º, ambos do Decreto Federal nº 11.462/2023.

CLAUSULA DECIMA-PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

11.1 – O **descumprimento** da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

11.2 – As **sanções** também se aplicam aos integrantes do **Cadastro de Reserva** no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a Ata de Registro de Preços.

11.3 – É da competência do **ÓRGÃO GERENCIADOR** a **aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento** do pactuado nesta Ata de Registro de Preços (art. 7º, inc. XIV, do Decreto Federal nº 11.462/2023), **exceto** nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos **ÓRGÃOS** ou **ENTIDADE PARTICIPANTE**, caso no qual caberá ao respectivo **ÓRGÃO PARTICIPANTE** a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto Federal nº 11.462/2023).

11.4 – O **ÓRGÃO** ou **ENTIDADE PARTICIPANTE** deverá comunicar ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** qualquer das ocorrências previstas na **cláusula décima-primeira**, dada a necessidade de instauração de procedimento para **cancelamento** do registro do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

12.1 – A validade da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contado a partir da data de sua assinatura com eficácia após a publicação no **PNCP e DOM**, podendo ser **prorrogada por igual período**, mediante a anuência do fornecedor, desde que **comprovado o preço vantajoso**.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1 – A presente Ata de Registro de Preços será divulgada no **PNCP**, site da Prefeitura Municipal de Belém: www.belem.pa.gov.br e no mural do TCM: www.tcm.pa.gov.br/mural-de-licitacoes/

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES

14.1 – Compete ao **ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE**:

- a) Consultar previamente o **ÓRGÃO GERENCIADOR** no intuito de obter as informações necessárias à aquisição pretendida, e, em especial, o teor da presente Ata de Registro de Preços e eventuais alterações;
- b) Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no Edital de licitação e na presente Ata de Registro de Preços, informando ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular, a fim de que sejam aplicadas as penalidades cabíveis à espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E CONTRATADA

15.1 – São obrigações da **CONTRATANTE**:

- a) Proporcionar todas as facilidades para que o fornecedor possa cumprir suas obrigações dentro das condições estabelecidas no Edital e seus Anexos;
- b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes no Edital, demais Anexos e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- c) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus Anexos;
- d) Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos/serviços que não atendam as especificações no Edital e seus Anexos;
- e) Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato por intermédio da comissão ou gestor, designado para este fim, de acordo com o art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021;

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO-SESMA/PMB

- f) Efetuar o(s) pagamento(s) da(s) Nota(s) Fiscal(ais)/Fatura(s) da **CONTRATADA**, observando ainda os prazos e condições estabelecidas no Edital e seus Anexos;
- g) Designar comissão ou servidor, para proceder à avaliação de cada um dos itens que compõem o objeto deste instrumento, Edital e seus Anexos, a serem recebidos;
- h) Notificar a empresa, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constantes de cada um dos itens que compõem o objeto deste instrumento, Edital e seus Anexos, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;
- i) Estabelecer normas e procedimentos de acesso às suas instalações para ajustes e/ou substituições dos objetos que compõem o objeto deste instrumento, Edital e seus Anexos.
- j) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

15.2 – São obrigações da CONTRATADA:

- a) Colocar à disposição da **SESMA/PMB**, os meios necessários à comprovação da qualidade do serviço, permitindo a verificação das especificações em conformidade com o descrito no Edital e seus Anexos;
- b) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração inerentes ao objeto da presente aquisição;
- c) Responsabilizar-se pela(s) garantia(s) do(s), objetos da licitação, dentro dos padrões de certificação de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho, conforme previsto na legislação em vigor;
- d) Assumir todo o ônus e responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, prestação da garantia e qualquer outra(s) contribuição(ões) tributária(s), fiscal(is) e de logística que incidam ou venham a incidir na execução do Contrato;
- e) Em nenhuma hipótese poderá veicular publicidade acerca do objeto adquirido pela **SESMA/PMB**, sem prévia autorização;
- f) Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela **SESMA/PMB**, ou pelo órgão participante, durante a vigência do Contrato;
- g) Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- h) A solução deverá observar os princípios da **Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD – Lei nº 13.709/2018)**. Deverá também ter compatibilidade com os padrões definidos pelo Ministério da Saúde e demais normativos técnicos aplicáveis;
- i) A **CONTRATADA** deverá disponibilizar à **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELÉM – SESMA**, licenças de uso de sistema informatizado modular de gestão integrada em saúde, em caráter não exclusivo, intransferível e inalienável, durante todo o período de vigência contratual, contemplando todos os módulos, funcionalidades, integrações e componentes necessários ao atendimento integral das demandas assistenciais, administrativas, regulatórias e de gestão em saúde.
- j) As licenças deverão atender aos seguintes **requisitos mínimos**:
 - j.1) Amplitude Funcional** – contemplar Módulos para Gestão de Atenção primária, Especializada e Hospitalar; Regulação de leitos, Consultas, Exames e Procedimentos; Controle de estoques e farmácia; Faturamento SUS e Privado; Prontuário Eletrônico do Paciente (PEP) interoperável; Relatórios Gerenciais e de apoio à tomada de decisão;
 - j.2) Integração e Interoperabilidade** – garantir comunicação nativa com os sistemas nacionais do Ministério da Saúde (e-SUS AB, CNES, SIH/SUS, SIA/SUS, GAL, RNDS, entre outros), bem como com sistemas locais já em uso na **SESMA**;
 - j.3) Evolução Tecnológica** – assegurar que as licenças incluam atualização corretiva, evolutiva e legal, sem custos adicionais, durante toda a vigência contratual;
 - j.4) Escalabilidade** – permitir expansão do número de usuários simultâneos, módulos e estabelecimentos de saúde sem restrições tecnológicas ou necessidade de substituição do licenciamento;

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO-SESMA/PMB

- j.5) Conformidade Legal** – atender integralmente à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD – Lei nº 13.709/2018), ao Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014) e demais normativos aplicáveis ao setor de saúde e administração pública;
- j.6) Garantia de Continuidade** – assegurar a operação ininterrupta do sistema, em regime 24x7, com mecanismos de redundância e tolerância a falhas, sem limitação de acesso por parte da SESMA.
- j.7)** É de inteira responsabilidade da **CONTRATADA** garantir que todas as licenças disponibilizadas sejam originais, livres de ônus adicionais e não sujeitas a restrições de uso que possam comprometer a operação do sistema.
- j.8)** A **CONTRATADA** deverá disponibilizar quantitativo de licenças suficiente para atender a todos os usuários finais da rede municipal de saúde de Belém, incluindo profissionais de saúde, administrativos, gestores e equipe de TI, considerando usuários simultâneos e acesso remoto seguro.
- j.9)** A **CONTRATADA** deverá assegurar que as licenças permaneçam válidas e operacionais durante todo o prazo contratual, sob pena de aplicação das penalidades previstas em lei e no Edital e seus Anexos.
- k)** A **CONTRATADA** será responsável por executar a implantação do sistema em todos os estabelecimentos de saúde definidos pela **SESMA**, contemplando: **instalação, configuração, parametrização e ativação de todos os módulos contratados**.
- l)** Deverá elaborar e submeter previamente à aprovação da **SESMA** um **Plano de Implantação Detalhado**, contendo cronograma, atividades, responsabilidades, marcos de entrega, testes de validação e plano de mitigação de riscos.
- m)** Será obrigação da **CONTRATADA** realizar a customização do sistema conforme os fluxos de trabalho, protocolos assistenciais e regras de negócio definidos pela **SESMA**, garantindo aderência às necessidades locais sem prejuízo da interoperabilidade com sistemas nacionais.
- n)** Todas as customizações deverão ser documentadas em relatórios técnicos e submetidas à homologação da **SESMA** antes de sua entrada em produção.
- o)** A **CONTRATADA** deverá realizar a migração integral e segura dos dados legados, **assegurando:**
- o.1)** preservação da integridade, consistência e rastreabilidade dos dados migrados;
 - o.2)** garantia de confidencialidade, mediante uso de criptografia e protocolos seguros;
 - o.3)** manutenção do histórico assistencial e administrativo da **SESMA**, com acesso contínuo aos registros anteriores.
 - o.4)** O processo de migração deverá seguir plano de contingência e reversão aprovado pela **SESMA**, minimizando riscos de indisponibilidade.
 - o.5)** Todos os resultados da migração deverão ser submetidos a testes de qualidade e homologação pela **equipe técnica da SESMA**.
 - o.6)** A **CONTRATADA** deverá planejar, executar e comprovar a realização de treinamentos presenciais e online para os diversos perfis de usuários do sistema (profissionais de saúde, administrativos, gestores, técnicos de TI).
- p) O treinamento deverá contemplar:**
- p.1)** capacitação inicial para implantação;
 - p.2)** capacitações periódicas para atualização de usuários;
 - p.3)** treinamentos específicos para novos módulos implantados.
- q)** A **CONTRATADA** deverá disponibilizar materiais de apoio atualizados (manuais, vídeos, guias de usuário e FAQs) em formato digital e de fácil acesso.
- r)** É obrigação da **CONTRATADA** assegurar manutenção corretiva, preventiva e evolutiva do sistema, **garantindo disponibilidade mínima de 99% (noventa e nove por cento)**, excluídos períodos de manutenção programada previamente acordados.
- s)** A **CONTRATADA** deverá fornecer suporte presencial e remoto, contemplando correções de falhas, aplicação de atualizações legais e melhorias tecnológicas.
- t)** O sistema deverá manter operação contínua e ininterrupta em **regime 24x7**, com registro de indisponibilidades e relatório mensal de desempenho.

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO-SESMA/PMB

u) A **CONTRATADA** deverá prover hospedagem em datacenter certificado, mínimo TIER III ou equivalente, localizado em território nacional, em conformidade com a legislação vigente.

v) A **infraestrutura deverá contemplar:**

v.1) Alta disponibilidade, redundância de energia e conectividade;

v.2) Backup diário automático com retenção mínima de 90 (noventa) dias;

v.3) Plano de recuperação de desastres (Disaster Recovery Plan – DRP) e testes periódicos de contingência;

v.4) Escalabilidade para atender crescimento de demanda da **SESMA**.

v.5) O serviço de hospedagem deverá estar em conformidade com a LGPD e normas ISO/IEC 27001 e 27799.

w) A **CONTRATADA** deverá fornecer, em regime de comodato, todos os equipamentos e infraestrutura necessários ao funcionamento do sistema (Servidores, Tablets, Switches, Roteadores, Estações de Trabalho, Impressoras, TVs, entre outros, conforme demanda).

x) É de responsabilidade da **CONTRATADA** realizar a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos cedidos, incluindo substituição imediata em caso de falha, sem custo adicional à **SESMA**.

y) Os equipamentos permanecerão de propriedade da **CONTRATADA**, devendo ser devolvidos ao término da vigência contratual em perfeito estado de funcionamento, ressalvado o desgaste natural.

z) A **CONTRATADA** deverá disponibilizar equipe mínima composta por 12 (doze) técnicos especializados, com dedicação exclusiva ao Contrato, para apoio à implantação, manutenção, suporte técnico e acompanhamento das operações do sistema.

z.1) A **equipe deverá contemplar profissionais com formações diversas, incluindo:** analistas de sistemas, técnicos de suporte, especialistas em banco de dados, profissionais de infraestrutura e instrutores de treinamento.

z.2) A qualificação da **equipe** deverá ser comprovada mediante apresentação de currículos, certificados técnicos e experiência comprovada em sistemas de gestão em saúde.

z.3) A **CONTRATADA** deverá manter **Central de Atendimento (Help Desk) em regime 24x7**, com registro eletrônico de chamados, priorização por criticidade e acompanhamento via protocolo único.

aa) O suporte deverá ser estruturado em níveis:

aa.1) 1º nível – atendimento inicial, registro e solução de dúvidas operacionais simples;

aa.2) 2º nível – atendimento técnico especializado para problemas intermediários

aa.3) 3º nível – atuação de especialistas para falhas críticas, bugs ou indisponibilidades do sistema.

aa.4) A **CONTRATADA** deverá cumprir prazos de resposta e solução definidos em Acordo de Nível de Serviço (SLA), sob pena de aplicação de penalidades contratuais.

bb) A **CONTRATADA** deverá implementar e manter mecanismos de segurança da informação que assegurem confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados, conforme a LGPD e normativos técnicos nacionais e internacionais.

cc) Os requisitos mínimos incluem:

cc.1) Criptografia de dados em repouso e em trânsito;

cc.2) Autenticação multifator e controle de acessos por perfil;

cc.3) Trilhas de auditoria e registros de log disponíveis à **SESMA**;

cc.4) Monitoramento contínuo contra acessos indevidos, ataques cibernéticos e incidentes de segurança.

cc.5) Em caso de **incidente de segurança**, a **CONTRATADA** deverá comunicar imediatamente à **SESMA** e adotar medidas de contenção e mitigação, apresentando **relatório técnico em até 48h**.

dd) A **CONTRATADA** deverá disponibilizar relatórios gerenciais e dashboards dinâmicos, com indicadores assistenciais, administrativos e financeiros, permitindo acompanhamento da execução do contrato e da performance do sistema.

ee) Deverá apresentar relatórios mensais de:

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO-SESMA/PMB

- ee.1) Chamados de suporte e respectivos tempos de atendimento;
- ee.2) Disponibilidade do sistema e incidentes de indisponibilidade;
- ee.3) Evolução de uso do sistema por módulos e usuários;
- ee.4) Desempenho dos equipamentos em comodato.

ff) A **CONTRATADA** deverá participar de reuniões periódicas de governança com a **SESMA**, apresentando resultados, propondo melhorias e ajustando estratégias de continuidade.

gg) Aceitar os acréscimos e supressões do valor inicialmente estimado para aquisição dos objetos em até 25% (vinte e cinco por cento), nos termos do §1º, do art. 125, da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA – DA ANTICORRUPÇÃO

16.1 – Para a execução deste instrumento nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, ou aceitar, ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria, quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou ainda, benefícios de qualquer natureza que constitua prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste instrumento, ou de outra forma a ele não relacionado, conforme a Lei Federal nº 12.846/2013.

CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA – DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 – As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, vedações, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus Anexos.

17.2 – A **vedação** à participação do órgão ou entidade em mais de uma Ata de Registro de Preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, **salvo** na ocorrência de Ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no Edital, de acordo com art. 82, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

17.3 – A presente Ata de Registro de Preços deverá ser assinada eletronicamente pelos representantes legais e registrada (cadastrada) no **TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO** na data da publicação do seu extrato, conforme prescreve o art. 11º, inciso III, Instrução Normativa nº 22/2021-TCM/PA.

Parágrafo único – Os casos omissos serão resolvidos com base na legislação administrativa pertinente, em especial a Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 107.923/2023 e alteração posteriores, aplicando-se ao presente instrumento as regras dispostas no Edital e seus Anexos.

CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA – DO FORO

18.1 – Fica eleito o Foro da cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, com renúncia a qualquer que seja para dirimir as questões que porventura surgirem na execução da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata de Registro de Preços, é assinada eletronicamente pelos representantes legais do Órgão Demandante e o fornecedor registrado, na pessoa do seu representante legal, para todos os fins de direito, sem rasuras ou emendas.

CLEIDSON
FERREIRA
CHAVES:02
587567211

Assinado de
forma digital por
CLEIDSON
FERREIRA
CHAVES:0258756
7211

Belém/PA, de de 202X.

ÓRGÃO DEMANDANTE

Representante da Empresa

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO-SESMA/PMB

ANEXO
CADASTRO DE RESERVA

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar o item com preços iguais ao adjudicatário.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR GLOBAL DO SERVIÇO
1	CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA FORNECER LICENÇA DE USO DE SISTEMA INFORMATIZADO MODULAR DE GESTÃO INTEGRADA EM SAÚDE , incluindo implantação, migração de dados, treinamento, manutenção, suporte técnico, customização, hospedagem em datacenter (cloud), comodato de equipamentos e infraestrutura que contemplem as necessidades de informatização dos estabelecimentos de saúde da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELÉM – SESMA .	Serviço	1	

SUB ITENS	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO R\$
1.1	MÓDULO APLICATIVO MOBILE PARA ACS COM COMODATO DE TABLET.	Unidade	1.700	
1.2	IMPLANTAÇÃO DO MÓDULO APLICATIVO MOBILE PARA ACS.	Unidade	1.700	
1.3	MÓDULO GESTÃO DE ENDEMIAS E APLICATIVO MOBILE PARA ACE COM COMODATO DE TABLET.	Unidade	1.000	
1.4	IMPLANTAÇÃO DO MÓDULO GESTÃO DE ENDEMIAS E APLICATIVO MOBILE PARA ACE.	Unidade	1.000	
1.5	MÓDULO GESTÃO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE E APLICATIVO MOBILE PARA FISCAIS DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA COM COMODATO DE TABLET.	Unidade	150	
1.6	IMPLANTAÇÃO DO MÓDULO GESTÃO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE E APLICATIVO MOBILE PARA FISCAIS DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA.	Unidade	150	
1.7	MÓDULO APLICATIVO DO CIDADÃO E ASSISTENTE VIRTUAL.	Mês	12	
1.8	IMPLANTAÇÃO DO MÓDULO APLICATIVO DO CIDADÃO E ASSISTENTE VIRTUAL.	Unidade	1	
1.9	MÓDULO PAINEL DE INDICADORES B.I (BUSINESS INTELLIGENCE).	Mês	12	
1.10	IMPLANTAÇÃO DO MÓDULO PAINEL DE INDICADORES B.I (BUSINESS INTELLIGENCE).	Unidade	1	
1.11	MÓDULOS: GESTÃO HOSPITALAR E GESTÃO PARA UPA.	Unidade	10	
1.12	IMPLANTAÇÃO DOS MÓDULOS: GESTÃO HOSPITALAR E GESTÃO PARA UPA.	Unidade	10	
1.13	MÓDULOS: GESTÃO SAMU COM COMODATO DE 50 TABLETS, REGULAÇÃO, GESTÃO DE FROTAS E TFD, PRONTUÁRIO ELETRÔNICO, ASSINATURA DIGITAL EM PRONTUÁRIO ELETRÔNICO E PAINEL DE ATENDIMENTO.	Mês	12	
1.14	IMPLANTAÇÃO DOS MÓDULOS: GESTÃO SAMU COM COMODATO DE 50 TABLETS, REGULAÇÃO, GESTÃO DE FROTAS E TFD, PRONTUÁRIO ELETRÔNICO, ASSINATURA DIGITAL EM PRONTUÁRIO ELETRÔNICO E PAINEL DE ATENDIMENTO.	Unidade	1	
1.15	MÓDULO UBS CONECTADA COM COMODATO DE EQUIPAMENTOS, INFRAESTRUTURA DE REDE DE DADOS E INTERNET.	Unidade	100	
1.16	IMPLANTAÇÃO DO MÓDULO UBS CONECTADA.	Unidade	100	
1.17	MÓDULO TELEMEDICINA COM TARIFA ZERO RATING (BILLING REVERSO).	Mês	12	
1.18	IMPLANTAÇÃO DO MÓDULO TELEMEDICINA.	Unidade	1	
1.19	SUORTE PRESENCIAL, REMOTO E SOBRE AVISO.	Mês	12	
1.20	HOSPEDAGEM EM DATACENTER (CLOUD).	Mês	12	
1.21	HORAS TÉCNICAS DE CUSTOMIZAÇÃO (SOB DEMANDA).	Hora	2.000	

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO-SESMA/PMB

 EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
 Nº XXX/202X-SESMA

Ata de Registro de Preços, decorrente do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/202X-SESMA**, Processo nº XXX/202X, cuja adjudicação e homologação foi publicada no **PNCP** e **DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE BELÉM**, nº _____, do dia ____/____/202X, pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SESMA**.

OBJETO: Registro de Preços para “**CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA FORNECER LICENÇA DE USO DE SISTEMA INFORMATIZADO MODULAR DE GESTÃO INTEGRADA EM SAÚDE**”, incluindo implantação, migração de dados, treinamento, manutenção, suporte técnico, customização, hospedagem em datacenter (cloud), comodato de equipamentos e infraestrutura que contemplem as necessidades de informatização dos estabelecimentos de saúde da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELÉM – SESMA**, nas condições estabelecidas no ato convocatório, cujos quantitativos, especificações, preços e fornecedores foram previamente definidos através do procedimento licitatório em epígrafe, de acordo com as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos.

Integra a presente Ata de Registro de Preços, a **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SESMA**, na qualidade de **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

VIGÊNCIA: A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data da **Publicação no PNCP e DOM**, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

ENCARTE

Empresa: _____, CNPJ nº _____, com sede na _____, nº _____, bairro: _____, CEP: _____ - _____, (cidade/estado) _____, telefone: (xx) _____ - _____, fax (xx) _____ - _____, e-mail: _____, representado pelo Sr(a). _____, RG nº _____, CPF nº _____, cuja proposta foi classificada em 1º lugar no certame supracitado para o item e subitens.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR GLOBAL DO SERVIÇO
1	CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA FORNECER LICENÇA DE USO DE SISTEMA INFORMATIZADO MODULAR DE GESTÃO INTEGRADA EM SAÚDE, incluindo implantação, migração de dados, treinamento, manutenção, suporte técnico, customização, hospedagem em datacenter (cloud), comodato de equipamentos e infraestrutura que contemplem as necessidades de informatização dos estabelecimentos de saúde da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELÉM – SESMA .	Serviço	1	

SUB ITENS	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO R\$
1.1	MÓDULO APLICATIVO MOBILE PARA ACS COM COMODATO DE TABLET.	Unidade	1.700	
1.2	IMPLANTAÇÃO DO MÓDULO APLICATIVO MOBILE PARA ACS.	Unidade	1.700	
1.3	MÓDULO GESTÃO DE ENDEMIAS E APLICATIVO MOBILE PARA ACE COM COMODATO DE TABLET.	Unidade	1.000	
1.4	IMPLANTAÇÃO DO MÓDULO GESTÃO DE ENDEMIAS E APLICATIVO MOBILE PARA ACE.	Unidade	1.000	
1.5	MÓDULO GESTÃO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE E APLICATIVO MOBILE PARA FISCAIS DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA COM COMODATO DE TABLET.	Unidade	150	
1.6	IMPLANTAÇÃO DO MÓDULO GESTÃO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE E APLICATIVO MOBILE PARA FISCAIS DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA.	Unidade	150	
1.7	MÓDULO APLICATIVO DO CIDADÃO E ASSISTENTE VIRTUAL.	Mês	12	
1.8	IMPLANTAÇÃO DO MÓDULO APLICATIVO DO CIDADÃO E ASSISTENTE VIRTUAL.	Unidade	1	

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO-SESMA/PMB

1.9	MÓDULO PAINEL DE INDICADORES B.I (BUSINESS INTELLIGENCE).	Mês	12	
1.10	IMPLANTAÇÃO DO MÓDULO PAINEL DE INDICADORES B.I (BUSINESS INTELLIGENCE).	Unidade	1	
1.11	MÓDULOS: GESTÃO HOSPITALAR E GESTÃO PARA UPA.	Unidade	10	
1.12	IMPLANTAÇÃO DOS MÓDULOS: GESTÃO HOSPITALAR E GESTÃO PARA UPA.	Unidade	10	
1.13	MÓDULOS: GESTÃO SAMU COM COMODATO DE 50 TABLETS, REGULAÇÃO, GESTÃO DE FROTAS E TFD, PRONTUÁRIO ELETRÔNICO, ASSINATURA DIGITAL EM PRONTUÁRIO ELETRÔNICO E PAINEL DE ATENDIMENTO.	Mês	12	
1.14	IMPLANTAÇÃO DOS MÓDULOS: GESTÃO SAMU COM COMODATO DE 50 TABLETS, REGULAÇÃO, GESTÃO DE FROTAS E TFD, PRONTUÁRIO ELETRÔNICO, ASSINATURA DIGITAL EM PRONTUÁRIO ELETRÔNICO E PAINEL DE ATENDIMENTO.	Unidade	1	
1.15	MÓDULO UBS CONECTADA COM COMODATO DE EQUIPAMENTOS, INFRAESTRUTURA DE REDE DE DADOS E INTERNET.	Unidade	100	
1.16	IMPLANTAÇÃO DO MÓDULO UBS CONECTADA.	Unidade	100	
1.17	MÓDULO TELEMEDICINA COM TARIFA ZERO RATING (BILLING REVERSO).	Mês	12	
1.18	IMPLANTAÇÃO DO MÓDULO TELEMEDICINA.	Unidade	1	
1.19	SUORTE PRESENCIAL, REMOTO E SOBRE AVISO.	Mês	12	
1.20	HOSPEDAGEM EM DATACENTER (CLOUD).	Mês	12	
1.21	HORAS TÉCNICAS DE CUSTOMIZAÇÃO (SOB DEMANDA).	Hora	2.000	

CLEIDSON FERREIRA
 CHAVES:025875672
 11

Assinado de forma
 digital por CLEIDSON
 FERREIRA
 CHAVES:02587567211

ORDENADOR DE DESPESA

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO-SESMA/PMB

ANEXO V
MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº ____/202X.

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BELÉM DO PARÁ, REPRESENTADO PELO (ÓRGÃO CONTRATANTE) E A EMPRESA (CONTRATADA)

O MUNICÍPIO DE BELÉM, representado pelo(a) (ÓRGÃO CONTRATANTE), com sede à (...) nº (...), Bairro (...), CEP: (...), inscrito no CNPJ/MF sob o nº (...), nesta cidade, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu titular, Exmo. Sr. (...), (qualificação: nacionalidade e estado civil), portador do RG nº (...) e inscrito no Ministério da Fazenda sob o CPF nº (...), residente e domiciliado nesta capital, e de outro lado a empresa (**RAZÃO SOCIAL**), empresa com sede estabelecida à (...) nº (...), Bairro (...), CEP: (...), inscrita no CNPJ/MF sob o nº (...), doravante denominada **CONTRATADA** e neste ato representada por seu sócio-administrador/procurador (nome), (qualificação: nacionalidade, estado civil), portador do RG nº (...) e inscrito no Ministério da Fazenda sob o CPF nº (...), residente e domiciliado nesta capital, **resolvem celebrar o presente CONTRATO Nº ____/202X**, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações subsequentes, mediante as cláusulas e condições que reciprocamente se outorgam e se obrigam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

1.1. O presente Contrato será regido pelo disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Federal nº 11.462/2023 e IN SEGES/ME nº 73/2022 e suas alterações posteriores, Lei Municipal nº 9.209-A/16, Decreto Municipal nº 107.923/2023 e suas alterações posteriores, e demais legislações aplicáveis ao assunto.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. O presente Contrato vincula-se às regras dispostas no Edital de licitação nº (...)/202X (Pregão Eletrônico), da Ata de Registro de Preços nº (...)/202X, consoante o **Processo nº (...)/202X-(órgão)** e aos termos da proposta vencedora.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO E PREÇO

3.1. O presente Contrato tem como objeto a “**CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA FORNECER LICENÇA DE USO DE SISTEMA INFORMATIZADO MODULAR DE GESTÃO INTEGRADA EM SAÚDE**”.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR GLOBAL DO SERVIÇO
1	CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA FORNECER LICENÇA DE USO DE SISTEMA INFORMATIZADO MODULAR DE GESTÃO INTEGRADA EM SAÚDE, incluindo implantação, migração de dados, treinamento, manutenção, suporte técnico, customização, hospedagem em datacenter (cloud), comodato de equipamentos e infraestrutura que contemplem as necessidades de informatização dos estabelecimentos de saúde da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELÉM – SESMA .	Serviço	1	

SUB ITENS	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR MENSAL R\$	VALOR ANUAL R\$
1.1	MÓDULO APLICATIVO MOBILE PARA ACS COM COMODATO DE TABLET.	Unidade	1.700			
1.2	IMPLANTAÇÃO DO MÓDULO APLICATIVO MOBILE PARA ACS.	Unidade	1.700		-	
1.3	MÓDULO GESTÃO DE ENDEMIAS E APLICATIVO MOBILE PARA ACE COM COMODATO DE TABLET.	Unidade	1.000			
1.4	IMPLANTAÇÃO DO MÓDULO GESTÃO DE ENDEMIAS E APLICATIVO MOBILE PARA ACE.	Unidade	1.000		-	
1.5	MÓDULO GESTÃO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE E APLICATIVO MOBILE PARA FISCAS DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA COM COMODATO DE TABLET.	Unidade	150			

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO-SESMA/PMB

1.6	IMPLANTAÇÃO DO MÓDULO GESTÃO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE E APLICATIVO MOBILE PARA FISCALIS DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA.	Unidade	150		-	
1.7	MÓDULO APLICATIVO DO CIDADÃO E ASSISTENTE VIRTUAL.	Mês	12			
1.8	IMPLANTAÇÃO DO MÓDULO APLICATIVO DO CIDADÃO E ASSISTENTE VIRTUAL.	Unidade	1		-	
1.9	MÓDULO PAINEL DE INDICADORES B.I (BUSINESS INTELLIGENCE).	Mês	12			
1.10	IMPLANTAÇÃO DO MÓDULO PAINEL DE INDICADORES B.I (BUSINESS INTELLIGENCE).	Unidade	1		-	
1.11	MÓDULOS: GESTÃO HOSPITALAR E GESTÃO PARA UPA.	Unidade	10			
1.12	IMPLANTAÇÃO DOS MÓDULOS: GESTÃO HOSPITALAR E GESTÃO PARA UPA.	Unidade	10		-	
1.13	MÓDULOS: GESTÃO SAMU COM COMODATO DE 50 TABLETS, REGULAÇÃO, GESTÃO DE FROTAS E TFD, PRONTUÁRIO ELETRÔNICO, ASSINATURA DIGITAL EM PRONTUÁRIO ELETRÔNICO E PAINEL DE ATENDIMENTO.	Mês	12			
1.14	IMPLANTAÇÃO DOS MÓDULOS: GESTÃO SAMU COM COMODATO DE 50 TABLETS, REGULAÇÃO, GESTÃO DE FROTAS E TFD, PRONTUÁRIO ELETRÔNICO, ASSINATURA DIGITAL EM PRONTUÁRIO ELETRÔNICO E PAINEL DE ATENDIMENTO.	Unidade	1		-	
1.15	MÓDULO UBS CONECTADA COM COMODATO DE EQUIPAMENTOS, INFRAESTRUTURA DE REDE DE DADOS E INTERNET.	Unidade	100			
1.16	IMPLANTAÇÃO DO MÓDULO UBS CONECTADA.	Unidade	100		-	
1.17	MÓDULO TELEMEDICINA COM TARIFA ZERO RATING (BILLING REVERSO).	Mês	12			
1.18	IMPLANTAÇÃO DO MÓDULO TELEMEDICINA.	Unidade	1		-	
1.19	SUORTE PRESENCIAL, REMOTO E SOBRE AVISO.	Mês	12			
1.20	HOSPEDAGEM EM DATACENTER (CLOUD).	Mês	12			
1.21	HORAS TÉCNICAS DE CUSTOMIZAÇÃO (SOB DEMANDA).	Hora	2.000		-	

3.2. O valor do Contrato é de **R\$ xxx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx)**.

3.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, materiais de consumo, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto contratado.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO, LOCAL E CONDIÇÃO DE ENTREGA

4.1. O serviço contratado deverá ser realizado/prestado nos locais do **Anexo A-III**, de acordo com o **cronograma de cada fase do Projeto**, a ser detalhado no momento da assinatura do Contrato respeitando os prazos do **Cronograma Físico-Financeiro**.

4.2. Após a assinatura do Contrato, **em até 30 (trinta) dias corridos, a vencedora do certame deverá:**

4.2.1. Disponibilizar a **instalação de todos os softwares** necessários para o completo uso da ferramenta, fornecendo endereços de acesso, login e senha com permissões administrativas.

4.2.2. Desenvolver, com auxílio da **gestão da Secretaria de Saúde**, o projeto de implantação.

4.2.3. A **gestão do projeto** deverá ser executada por profissionais da **CONTRATADA** do Sistema, devidamente capacitados, que exercerão a função de gerente de projeto, responsáveis por todo acompanhamento da implantação bem como da execução dos serviços de acordo com as especificações do cronograma definido. **O projeto de implantação não poderá ter prazo de execução superior a 6 (seis) meses após a assinatura do Contrato.**

4.2.3.1. Cada serviço tem um item de implantação individualizada, este item será pago mensalmente e proporcionalmente a porcentagem que foi executada da implantação.

4.2.4. Caberá ao presidente da comissão especial de avaliação o ateste do aceite da execução do projeto, assim como o acompanhamento e fiscalização de sua execução, sempre apoiado pela

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO-SESMA/PMB

comissão especial.

4.3. Os objetos deverão ser entregues no **seguinte endereço: Núcleo de Assessoria em Tecnologia da Informação NATI/DEAD/SESMA**, situado na Avenida Governador José Malcher, nº 2821, 3º andar, Bairro: São Brás, Belém/PA, CEP: 66090-100, no Horário de 08h às 12h e de 14h às 16h, de 2ª a 6ª-feira (dias úteis), para efetivar a entrega respectiva, quando então apresentará a nota fiscal correspondente.

4.3.1. A empresa vencedora deverá comunicar a data e o horário previsto para a entrega à **SESMA/PMB**, no horário de expediente, com no mínimo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência.

4.4. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos **10 (dez) dias úteis de antecedência** para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

4.5. O recebimento e a aceitação dos serviços estarão condicionados à observância de suas descrições técnicas, cabendo à verificação e avaliação, sendo atestados, mediante avaliação técnica favorável pelo responsável.

4.6. Os equipamentos a serem recebidos em **regime de comodato** deverão ser **NOVOS E DE PRIMEIRO USO** e que estejam na **LINHA DE PRODUÇÃO ATUAL DO FABRICANTE** e, em perfeitas condições de uso, nos termos da legislação vigente;

4.7. Não serão aceitos produtos diferentes dos especificados neste instrumento, Edital e Anexos, fora dos prazos mínimos estipulados, em mau estado de conservação, de qualidade inferior, com a embalagem danificada ou com os lacres de segurança rompidos;

4.8. O recebimento e a aceitação do serviço licitado dar-se-á por comissão ou servidor responsável, sendo atestados, mediante termo circunstanciado, e serão recebidos:

a) Provisoriamente: no ato da entrega do projeto de implantação, a comissão ou servidor responsável, fará a verificação da conformidade do serviço, com as especificações contidas no Termo de Referência e anexos, mediante a emissão do termo de Recebimento Provisório; e

b) Definitivamente: no prazo máximo de **até 10 (dez) dias úteis**, contados a partir da assinatura do termo de recebimento provisório e após a verificação de sua compatibilidade com as especificações do serviço desta licitação, mediante a emissão de Termo de Recebimento Definitivo assinado pelas partes.

CLÁUSULA QUINTA – DO DETALHAMENTO DO SERVIÇO

O objeto envolve o **Licenciamento de uso do Software Modular de Gestão Integrada em Saúde na modalidade SaaS, Implantação, Migração de Dados, Treinamento, Manutenção, Suporte Técnico, Customizações do Software e Hospedagem em Datacenter (CLOUD), Comodato de Equipamentos e Infraestrutura** a seguir detalhados:

5.1. LICENCIAMENTO DE USO NA MODALIDADE SaaS:

5.1.1. Fornecer uma Solução de Software Modular de Gestão Integrada em Saúde, completa durante a vigência do Contrato e com número ilimitado de operadores da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SESMA**, pela **CONTRATADA**, em conformidade com as condições básicas e específicas estipuladas neste instrumento, Edital e Anexos.

5.2. IMPLANTAÇÃO:

5.2.1. Ações exercidas por **empregados da CONTRATADA** com vistas à instalação, à configuração de bases de dados, à disponibilidade e à operacionalização do software nas plataformas de computação e comunicação de dados da **CONTRATANTE**.

5.2.2. A solução será implantada em sua integralidade pela **CONTRATADA**. O gerenciamento durante a implantação será compartilhado entre a **CONTRATADA** e a **CONTRATANTE**, em companhia do **Gestor do Contrato**.

5.2.3. Compreende a **implantação**:

a) Mapeamento e desenho de processos.

b) Especificação dos ambientes de homologação/treinamento e produção.

c) Preparação dos módulos contemplados na Solução Modular de Gestão Integrada em Saúde:

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO-SESMA/PMB

I. Instalação e configuração do sistema no Data Center da **CONTRATADA**, disponibilizando os ambientes de homologação/treinamento e de produção com fornecimento de licenças suficientes.

II. Parametrizações, customizações e integrações necessárias à efetiva entrada em produção de todos os requisitos funcionais e não funcionais.

III. **Importação de Dados:** serviço de carga de dados para as tabelas auxiliares e básicas necessárias ao funcionamento pleno da solução, atualmente o banco de dados da **SESMA** é PostgreSQL com aproximadamente 1,0 Tb (Terabyte);

d) Implantação/Replicação em todas as unidades de saúde/setores

I. Treinamento dos usuários

II. Operação assistida

III. Suporte remoto, em escala 24x7, com disponibilização de 0800, Sistema próprio e e-mail para abertura de chamado

5.2.4. A **CONTRATANTE** se compromete a fornecer todas as informações requeridas pela **CONTRATADA**, em relação à estrutura organizacional e localização dos usuários, bem como em relação aos processos de trabalho e aos procedimentos gerais atualmente utilizados.

5.2.5. A **CONTRATADA** deverá apresentar cronograma para implantação, levando em conta a utilização de multiplicadores escolhidos e disponibilizados pela **CONTRATANTE**, para disseminar e repassar conteúdo até os colaboradores das unidades da **SESMA**.

5.2.6. A **CONTRATADA**, deverá apresentar o modelo de implantação, com Escritório de Gerenciamento de Projeto (PMO), disponibilizando um **quantitativo mínimo de 20 (vinte) profissionais (Consultores, Técnicos e/ou Gerentes)** para auxiliar e coordenar o processo de implantação, conforme cronograma de implantação acordado entre as partes.

5.2.7. O Planejamento do projeto deverá considerar as seguintes fases, independente da metodologia a ser utilizada: Iniciação, Planejamento, Execução, Monitoramento e Encerramento. Compete à **CONTRATADA** utilizar um software de gestão de projetos, próprio ou de terceiros.

5.2.8. O projeto deverá percorrer as seguintes fases e etapas:

Fase	Etapas	Sub Etapas / Detalhes
1. Iniciação	1.1. Apresentação e Aprovação da Equipe do Projeto	
	1.2. Preparação da abertura do projeto	
	1.3. Preparação de um plano de trabalho	
	1.4. Kickoff do projeto	
	1.5. Aprovação da Linha de Bases para os marcos	Plano do Projeto de Implantação
2. Planejamento	2.1. Revisão dos requisitos e processos de negócio	Identificação e confirmação do escopo
	2.2. Apresentação da especificação do ambiente	Homologação, Treinamento e Produção
	2.3. Apresentação geral da solução	
	2.4. Revisão e aprovação da solução	Pelo CONTRATANTE
	2.5. Elaboração do plano do Projeto	Pela CONTRATADA
	2.5.1. Planejamento e Definição do Escopo	
	2.5.2. Análise de Riscos	
	2.5.3. Elaboração de Cronograma	
	2.5.4. Elaboração do Plano de Comunicação	
	2.6. Apresentação do Plano de Projeto	Pela CONTRATADA
	2.7. Aprovação do Plano de Projeto	Pelo CONTRATANTE
3. Execução	3.1. Mapeamento e Remodelagem de Processos de Trabalho	
	3.2. Disponibilização do Ambiente de Homologação Provisório	Pela CONTRATADA
	3.3. Implantação Piloto	Elaboração das Parametrizações; Instalação dos ambientes; Importação de Dados; Homologação; Capacitação das Equipes Técnicas e Usuários;

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO-SESMA/PMB

		Operação Assistida
	3.4. Preparação para entrada em Produção	
	3.5. Replicação da Implantação nas Unidades	Parametrizações; Importação de dados; Capacitação das equipes; Operação assistida
	3.6. Suporte Remoto aos Usuários do Sistema	
4. Monitoramento	4.1. Controle das Mudanças	
	4.2. Validação do Escopo	
	4.3. Controle do Cronograma	
	4.4. Controle da Qualidade	
	4.5. Controle das Comunicações	
	4.6. Controle dos Riscos	
	4.7. Controle da Garantia dos Serviços e Produtos	
5. Encerramento	4.8. Reuniões de Status do Projeto	
	5.1. Acompanhamento	
	5.2. Transição	
	5.3. Termos de Aceite de Encerramento do projeto	
	5.4. Garantia dos Serviços e Produtos	Durante toda a vigência contratual

* Algumas fases do projeto poderão sofrer mudanças ou até eliminadas conforme escopo e definição contratual.

5.2.9. O projeto deve seguir as melhores práticas preconizadas pelo **Project Management Body of Knowledge - PMBOK**, ou outra metodologia equivalente, em um nível de detalhamento que permita acompanhar, no mínimo, as atividades em cada fase e etapa e os recursos envolvidos, com as respectivas responsabilidades.

5.2.10. A **CONTRATADA** será responsável por levantar todas as informações necessárias ao pleno funcionamento dos módulos, bem como, desenvolver, junto com a **equipe técnica da CONTRATANTE**, os dados e informações inexistentes, mas imprescindíveis ao pleno funcionamento do sistema.

5.2.11. A **CONTRATADA** deverá atender o **item 1.1** (Apresentação e Aprovação da Equipe do Projeto) do **PROJETO OPERACIONAL DE IMPLANTAÇÃO**, do Termo de referência, em **até 10 (dez) dias após a assinatura do Contrato**.

5.2.12. O **Plano Geral do Projeto Básico** deverá ser apresentado **até 30 dias corridos após a assinatura do contrato e emissão da Ordem de Serviço** para a atividade, que será considerada como a Linha de **Base 1**. Trata-se do **primeiro dispositivo de planejamento** que apresentará uma visão panorâmica do projeto e deverão ser detalhadas as ações necessárias para consecução dos objetivos do projeto, que deverá ser submetido à aprovação do **CONTRATANTE** durante a fase de iniciação do projeto. A descrição do **Plano de Trabalho** deverá conter, no mínimo, os seguintes itens que devem manter consistências com as indicações deste documento:

- a) Detalhamento das atividades e prazos para realização.
- b) Fases, marcos e entregáveis gerados.
- c) Metodologia, ferramentas e procedimentos de trabalho a serem empregados.
- d) Participantes envolvidos e responsabilidades.
- e) Procedimentos de verificação e validação a serem adotados.
- f) Plano de Governança para acompanhamento do projeto.

5.2.12.1. Neste Plano deve ser detalhada as principais entregas preparatórias, como o mapeamento do processo.

5.2.13. Para as atividades relacionadas à Mapeamento e remodelagem de processos de trabalho, deverá ser utilizado **Business Process Modeling (BPM)**, com o padrão de representação **Business Process Modeling Notation (BPMN)**. E para tal, utilizar ferramenta livre, como por exemplo **Bizagi Process Modeler**, e sem custo adicional o **CONTRATANTE**:

- a) Realizar o mapeamento (as is) dos processos, subprocessos e atividades existentes, analisar e indicar melhorias.

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO-SESMA/PMB

- b) Desenhar os processos, subprocessos e atividades com as melhorias e padronizações.
- c) Elaborar Plano de Implantação dos Processos (*to be*) estabelecendo relação entre processos/subprocessos e atividades com módulos/componentes/ funcionalidades, comandos e parâmetros (orientações para a implantação).
- d) Apresentar e validar com o **CONTRATANTE** as proposições dos processos.
- e) Documentar o processo desenhado (*to be*) com descrição de todos os níveis (processos, subprocessos e atividades) e entrega da documentação impressa e em meio digital.

5.2.14. A **CONTRATADA** elaborará Plano Geral do Projeto em conjunto com a **CONTRATANTE**, que após deverá ser homologado por ambas as partes.

5.2.15. Em **segundo** será elaborado pela **CONTRATADA**, o **Plano de Implantação** que descreverá as principais fases, etapas, entregas e prazos máximos para a pactuação da Linha de **Base 2**, considerando as atividades preparatórias e de implantação de unidade padrão/piloto.

5.2.16. O **terceiro Plano é o da Replicação da Implantação para as demais unidades**. Esse plano também deve ser elaborado por subprojeto e será utilizado para o estabelecimento da terceira Linha de **Base 3**.

5.2.17. A **CONTRATADA** elaborará **Plano de Implantação do Projeto em conjunto com a CONTRATANTE**, que após deverá ser homologado por ambas as partes.

5.2.18. Considerando as mudanças que poderão ocorrer nos processos atuais da **SESMA**, devido à **implantação da Solução Tecnológica Modular de Gestão Integrada em Saúde**, desde mudanças relacionadas aos fluxos de trabalho e de cadastramento das informações, até as mudanças de responsabilidades dos usuários, a **CONTRATADA** deverá prestar serviços de mapeamento com o objetivo de adequar o planejamento das ações necessárias para a redução/eliminação dos riscos existentes para o sucesso da implantação do sistema.

5.2.19. A **fase de implantação, contempla as seguintes atividades, não limitado:**

- a) Elaboração do Plano Geral do Projeto contendo o Cronograma;
- b) Elaboração do Plano de Implantação do Projeto contendo o Cronograma conforme Fase ou “ondas” de Implantação;
- c) Realizar as cargas de dados iniciais para o funcionamento do sistema;
- d) Realizar as parametrizações e configurações necessárias para o funcionamento do sistema;
- e) Realizar a operação assistida em todos os distritos de Belém;
- f) Suporte a possíveis dúvidas no uso do sistema durante a operação assistida;
- g) Monitorar o uso do sistema pelos usuários;
- h) Detectar, abrir o chamado e acompanhar a correção de possíveis erros durante a implantação;
- i) Elaboração dos termos de aceites.

5.2.20. As atividades de implantação e operação assistida, ocorrerão durante a fase de implantação conforme cronograma aprovado, a **CONTRATADA** deverá disponibilizar profissionais especialistas para todas as fases de implantação.

5.2.21. Os serviços deverão ser **prestados por profissionais com experiência e conhecimento técnico na área de saúde e sistemas informatizados, especificamente nos processos de Saúde Pública**, bem como nas áreas que possam ter processos integrados à nova solução.

5.2.22. A **CONTRATANTE**, deverá fornecer uma sala administrativa com infraestrutura (mesas, cadeiras e acesso à internet) para comportar os profissionais que realizarão as atividades de operação assistida durante a implantação.

5.2.23. Os cronogramas poderão ser revistos, a critério da **CONTRATANTE**, na etapa de Planejamento do Projeto e/ou nos momentos de pactuação das Linhas de Base, desde que não ultrapassem o prazo final estabelecido para o projeto e acordados entre a **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**.

5.2.24. Toda alteração que possa impactar em mudanças de escopo e prazo, deverá ser submetido ao Comitê do Projeto e Gestor do contrato através do documento de GMUD (Gestão de Mudança) no qual deverá ser aprovado pelas partes.

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO-SESMA/PMB

5.2.25. A **CONTRATADA** fará a migração do Banco Local para seu ambiente em nuvem, que deverá ser validado pela **CONTRATANTE**, antes de avançar a próxima etapa do projeto.

5.3. MIGRAÇÃO DE DADOS LEGADO:

5.3.1. Consiste em realizar a migração/importação dos dados do sistema atual, que utiliza a versão de Banco de Dados PostgreSQL, com volume aproximado de 1,0 TB (Terabyte), para o sistema fornecido pela **CONTRATADA**, garantindo a integridade e a preservação das informações. Este procedimento se iniciará imediatamente **após a assinatura do Contrato e ocorrerá durante os primeiros 30 dias corridos de execução contratual**. Em casos específicos, o processo **poderá ser prorrogado por mais 30 dias**, mediante autorização da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SESMA**.

5.3.2. Toda conversão de dados será homologada e validada pela **CONTRATANTE** no ambiente de homologação, somente com o **“De Acordo”** da **CONTRATANTE** a **CONTRATADA** submeterá o processo no ambiente de **“Produção”**.

5.3.3. A **CONTRATANTE** emitirá o **Termo de Aceite Definitivo ao final de cada conversão de dados solicitado**.

5.3.4. A **CONTRATADA** deverá **atender os requisitos técnicos e de segurança do Prontuário**, conforme PORTARIA nº 2.073, de 31 de agosto de 2011 e Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

5.4. TREINAMENTO:

5.4.1. Consiste em realizar o treinamento **in loco** nas unidades onde o sistema será disponibilizado para **até 10.000 (dez mil) servidores da saúde** que utilizarão o sistema fornecido pela **CONTRATADA**.

5.4.2. A **CONTRATADA** deverá **prover treinamentos aos usuários da solução e à Equipe de Informática da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SESMA**, de acordo com os requisitos e condições abaixo especificados:

a) A **CONTRATADA** deverá **prover treinamento** na operação e administração da solução, respeitando aspectos técnico-pedagógicos de acordo com o público-alvo, de forma que, ao final do curso os profissionais treinados estejam aptos a utilizar todas as funcionalidades do sistema;

b) Os **treinamentos** deverão ser focados no funcionamento e operacionalização de cada módulo do sistema, com utilização de base de testes que permita a visualização e análise de todas suas funcionalidades;

c) A **CONTRATADA** deverá apresentar cronograma de realização do **treinamento**, para aprovação da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SESMA**, que deverá ser concomitante com o período de migração definitiva dos dados para o novo sistema.

d) A **CONTRATADA** deverá disponibilizar instrutores em número, competência e experiência profissional adequada ao **treinamento** a ser realizado, primando também pela padronização metodológica, didática e de conteúdo programático entre as turmas;

e) A **CONTRATADA** deverá promover a capacitação de gestores e multiplicadores na utilização das funcionalidades de acompanhamento e gestão;

f) **Treinamento dos usuários** no uso do Sistema Modular de Gestão Integrada em Saúde;

g) **Suporte a treinamento:** apoio técnico e funcional e realização de treinamentos.

h) A **CONTRATADA** deverá elaborar **treinamento presencial** como também na modalidade de ensino a distância (**EaD ou on line**), para o usuário final, em português, considerando todas as funcionalidades e módulos contratados.

i) O **acesso ao conteúdo dos treinamentos**, na condição **on line ou EaD**, quando gravados, deverão ficar disponível durante o período de implantação, podendo ser consultado pelos usuários matriculados nos **treinamentos** e que atuam nas unidades de saúde.

j) Os **treinamentos na modalidade a distância** serão realizados pelas ferramentas (**Skype, Zoom ou qualquer outra plataforma própria da CONTRATADA**). A **CONTRATANTE** deverá disponibilizar a instalação dos softwares necessários para a realização dos **treinamentos**.

k) Os **treinamentos na modalidade a distância**, serão de turmas com no **máximo 50 (cinquenta) inscritos**.

l) Os **treinamentos presenciais** deverão ser ministrados nas unidades assistenciais

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO-SESMA/PMB

definidas, em dependências dotadas dos recursos de infraestrutura, hardware e software para a sua realização, incluindo a disponibilização de computadores, a cargo da **CONTRATANTE**;

m) A CONTRATADA deverá emitir **certificado de conclusão do treinamento para os participantes que concluírem o treinamento conforme a carga horária dos treinamentos** em que forem matriculados.

n) A CONTRATADA deverá elaborar, em conjunto com a **equipe técnica da SESMA**, um programa de capacitação para os profissionais designados pela **SESMA** que contemple todos os treinamentos necessários para a utilização do Sistema Modular Integrado de Gestão em Saúde durante o período de implantação.

5.4.3. O treinamento contempla as seguintes atividades:

- a)** Definição das turmas de treinamento;
- b)** Elaboração dos materiais didáticos;
- c)** Parametrização do sistema na base de treinamento, para a simulação no sistema conforme perfil a ser treinado;
- d)** O treinamento;
- e)** Emissão da lista de presença;
- f)** Disponibilizar certificado.

5.4.4. Após a execução do **treinamento** a **CONTRATADA** emitirá o **termo de entrega do treinamento junto com a lista de presença** para o aceite da **CONTRATANTE**.

5.5. MANUTENÇÃO:

5.5.1. Manutenção para Atualização contínua da solução ofertada e adquirida: fornecimento das versões atualizadas da solução decorrentes de manutenções evolutiva, corretiva, preventiva e adaptativa, realizadas pela **CONTRATADA**.

5.5.2. Manutenção adaptativa relativa à atualização e manutenção do Sistema de forma a mantê-lo em conformidade às exigências legais, para a política pública de saúde, dos governos da União, Estado e Município.

5.5.3. As **adaptações técnicas do programa** com a finalidade de ajustar o sistema às necessidades específicas da **SESMA** (customização), onde seja necessário o desenvolvimento de novos relatórios, telas, integrações, funções e rotinas, será definido o escopo do serviço pretendido obedecendo ao saldo horas técnicas, no valor previsto em contrato.

5.5.4. Manutenção corretiva relativa às correções identificadas pelo **CONTRATANTE**, podendo estar relacionadas às customizações realizadas para a Solução Modular Integrada de Gestão em Saúde, ou não e também os equipamentos em comodato.

5.5.5. Manutenção legal em caso de mudança na legislação, plano de contas, banco de dados, sistemas operacionais, entre outros, será elaborada uma programação para atendimento às mudanças ocorridas, sem prejuízos à operação do sistema.

5.6. SUPORTE TÉCNICO:

5.6.1. A **CONTRATADA** deverá manter durante toda a vigência contratual o suporte nas seguintes condições:

a) 12 (doze) Funcionários em horário comercial, na sede da SESMA ou em quaisquer unidades de saúde designadas pela SESMA.

I. Atividades do Consultor de Suporte Técnico:

- 1.** Atendimento a solicitações de suporte técnico por telefone, e-mail ou sistema de chamados.
- 2.** Diagnóstico e resolução de problemas técnicos relatados pelos usuários, como erros de software, dificuldades de acesso ou funcionamento incorreto do sistema.
- 3.** Orientação aos usuários sobre como utilizar eficientemente o sistema, incluindo a criação de tutoriais, guias ou FAQs.
- 4.** Configuração e manutenção de contas de usuário, permissões e configurações personalizadas.
- 5.** Monitoramento proativo do desempenho do sistema para identificar possíveis problemas antes que afetem os usuários.

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO-SESMA/PMB

6. Colaboração com a equipe de desenvolvimento para relatar bugs e sugerir melhorias com base no feedback dos usuários.
 7. Treinamento de novos usuários e reciclagem para usuários existentes sobre novas funcionalidades e atualizações do sistema.
 8. Entrar em contato com o suporte de infraestrutura para correção de problemas que ocasionem a parada ou inoperação parcial ou total do sistema.
- II. Essas atividades visam garantir que os usuários possam utilizar o sistema de forma eficaz, minimizando interrupções e maximizando a produtividade.

5.6.2. Responsabilidades da CONTRATADA:

- **Disponibilização dos recursos técnicos necessários:** A **CONTRATADA** será responsável por garantir que os doze colaboradores dedicados à prestação de suporte técnico possam exercer suas atividades de forma eficaz, conforme as disposições da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) e da Lei Federal nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos).
- **Cobertura de ausências:** A **CONTRATADA** também será responsável por providenciar **cobertura de suporte em caso de eventual ausência de qualquer um dos colaboradores, seja por férias, licenças ou outros motivos**, garantindo que os serviços de suporte não sejam prejudicados. A **cobertura** deverá ser mantida de acordo com as condições previstas pela legislação vigente, assegurando a continuidade dos serviços sem interrupções.

5.6.3. Prazo de atendimento (SLA) para aplicação de software:

5.6.3.1. Os prazos de atendimento irão variar de acordo com o tipo do pedido e com a severidade do pedido ou problema. As severidades estão divididas em quatro categorias.

Severidade	Descrição	Prazo para	
		Primeiro atendimento	Resolução
Crítica	São referentes a chamados que reportam problemas de parada total do sistema, situação na qual não há nenhuma medida paliativa para continuar a operacionalização dos procedimentos.	8 horas úteis	24 horas úteis
Alta	São os chamados referentes aos problemas graves nos sistemas. Porém, o cliente consegue operar, mesmo que com severas restrições, por meios manuais ou alternativos no próprio sistema.	10 horas úteis	48 horas úteis
Média	São chamados referentes a problemas em rotinas de uso diário, com alto impacto em uma única rotina ou área do sistema.	12 horas úteis	Programação das releases
Baixa	São os chamados referentes a problemas em rotinas de uso não frequente ou de baixo impacto no negócio da empresa e/ou uso do sistema. Nesse cenário estão enquadradas as orientações aos usuários.	16 horas úteis	Programação das releases

5.6.4. Prazo de atendimento (SLA) para ambiente de produção:

- **Crítica** São referentes a chamados que reportam problemas de parada total do sistema, situação na qual não há nenhuma medida paliativa para continuar a operacionalização dos procedimentos. **30 minutos**
- **Alta** São os chamados referentes aos problemas graves nos sistemas. Porém, o cliente consegue operar, mesmo que com severas restrições. **4 horas úteis**
- **Baixa** São os chamados referentes a problemas em rotinas de uso não frequente ou de baixo impacto no negócio. Nesse cenário estão enquadradas as orientações aos usuários. **8 horas úteis**

5.7. CUSTOMIZAÇÕES E INTEGRAÇÕES:

5.7.1. Adaptações do Software, solicitadas pela **CONTRATANTE**, que implique novos relatórios, telas, funções, rotinas ou alterações nos arquivos não previsto neste termo de referência.

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO-SESMA/PMB

5.7.2. Os serviços adicionais correlacionados à customização de novos requisitos e integrações não previstos estará condicionado à solicitação de proposta comercial e emissão de Ordem de Serviço emitida pelo **CONTRATANTE**.

5.7.3. A **CONTRATADA** se compromete a realizar orçamento sobre as adaptações não especificadas neste Contrato, que poderão ser contratadas via banco de horas, desde que aprovado o valor e projeto pela **CONTRATANTE**.

5.8. SERVIÇO DE HOSPEDAGEM EM DATACENTER (CLOUD):

5.8.1. A **CONTRATADA** deverá prover serviços de nuvem pública com as seguintes características básicas:

I. SLA (Service-level Agreement) do Datacenter: 99,94%;

II. TIER do Datacenter: III;

5.8.2. A **CONTRATADA** deve prover todas as licenças de softwares necessária para operação completa dos sistemas da **CONTRATANTE**, incluindo Sistemas operacionais e Banco de Dados relacionais adequadas e homologados pelo fabricante dos Sistemas.

5.8.3. A **CONTRATADA** deve **fornecer ao menos dois ambientes, um Produtivo** com todas as rotinas próprias deste ambiente, garantindo segurança e integridade da operação e **um de Homologação/Treinamento** que possa ser utilizado para fins de treinamento e homologação das novas funcionalidades dos sistemas suportados.

5.8.4. A **CONTRATADA** deve prover serviços de backup com pelo menos 90 dias de retenção;

5.8.5. A disponibilização de uma **VPN** baseada em dados criptografados **site-to-site** diretamente com cliente, através de um **IP fixo**;

5.8.6. A **franquia de download ilimitada** para os produtos dos sistemas suportados pela **cloud**;

5.8.7. Características do ambiente em nuvem fornecido:

I. Licenciamentos de todos os softwares e sistemas operacionais necessários para o ambiente;

II. Serviços de gestão da infraestrutura e banco de dados;

III. Monitoramento e Suporte 24x7;

IV. SLA de resposta Infraestrutura não deve ultrapassar 30 minutos;

V. Atendimento Remoto;

VI. Ferramenta de Gestão de chamados no Service Desk Web **CONTRATADA**;

VII. Serviços em conformidade com as melhores soluções e práticas globais de tecnologia e Gestão de Serviços de TI;

VIII. Todas as configurações, serviços e componentes parametrizados e compatíveis a versão atual do sistema suportado;

5.8.8. A **CONTRATADA** deve prover Links de Internet preferencialmente dedicados ou banda larga quando o primeiro não estiver disponível na região, com conexões suportáveis para o envio das informações;

5.8.9. A **CONTRATANTE** deverá prover técnico disponível para acompanhamento;

5.8.10. A **CONTRATANTE** deve prover um **Firewall com suporte à tecnologia VPN IPSec** no ambiente local do **CONTRATANTE** para conexão com a Nuvem. A configuração da **VPN no firewall do CONTRATANTE** deverá ser realizada por ele. A **CONTRATADA** somente irá configurar a **VPN na Nuvem**;

5.8.11. As atividades que não estão contempladas e forem solicitadas pela **CONTRATANTE** deverão ser encaminhadas ao **Gerente do Projeto**;

5.8.12. A **CONTRATANTE** deve comunicar a **CONTRATADA** na ocorrência de eventos que possam impactar nos serviços deste projeto.

5.9. COMODATO DE EQUIPAMENTO E INFRAESTRUTURA:

5.9.1. Todos os equipamentos e serviços que irão ser objetos de comodato estão descritos no **Anexo A-V**.

5.9.2. Os equipamentos e serviços objeto de comodato devem obedecer às descrições constantes no **Anexo A-V**.

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO-SESMA/PMB

5.9.3. Os equipamentos e serviços de comodato estão sujeitos a aprovação do Fiscal do Contrato no ato de seu recebimento.

5.10. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO:

Atividade/Mês	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Migração	X	X										
Implantação	X	X	X	X	X	X						
Suporte Presencial, Remoto e Sobre Aviso	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Manutenção	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

5.11. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO:

5.11.1. O Cronograma Físico-Financeiro será feito de acordo com o item acima e com os valores obtidos na pesquisa de mercado, conforme **Anexo II**.

5.12. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

5.12.1. O Sistema deve apresentar minimamente as seguintes **características gerais**:

- a) Ações programáticas em saúde;
- b) Acolhimento e Triagem de pacientes;
- c) Aplicativo do Cidadão e Assistente Virtual baseado em inteligência artificial;
- d) Aplicativo Mobile para os ACE;
- e) Aplicativo Mobile para os ACS;
- f) Aplicativo Mobile para os Fiscais da Vigilância Sanitária;
- g) Assinatura digital em prontuário eletrônico;
- h) Cadastros e funcionalidades gerais;
- i) Concessão de Benefícios/Laudos em Saúde;
- j) Controle de autorizações a terceiros;
- k) Controle de dengue e gestão de endemias;
- l) Envio de mensagens (SMS e WhatsApp);
- m) Faturamento da produção ambulatorial (SIA/SUS);
- n) Gestão da Central de Regulação e agendamento de consultas e exames;
- o) Gestão da Vigilância Sanitária, Zoonoses e Epidemiológica;
- p) Gestão de estoque e dispensação de medicamentos e materiais nas unidades de saúde;
- q) Gestão de frotas e controle de viagens e transporte de pacientes em Tratamento Fora de Domicílio (TFD);
- r) Gestão de Laboratório com interfaceamento;
- s) Gestão de lista de espera;
- t) Gestão de óbitos;
- u) Gestão Vacinas;
- v) Indicadores de desempenho e monitoramento;
- w) Gestão de Atenção Primária;
- x) Módulo Gestão Samu;
- y) Módulo Painel de Indicadores – BI (Business Intelligence) e relatórios gerenciais;
- z) Painel multimídia para sala de espera;
- aa) Prontuário eletrônico multiprofissional e odontológico;
- bb) Módulo Gestão de dispositivos – MDM;
- cc) Módulo de Telemedicina;
- dd) Módulo UBS Conectada

5.12.2. As especificações técnicas constam no **Anexo A-I** do presente Termo de Referência.

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO-SESMA/PMB

5.12.3. Todos estes módulos/funcionalidades deverão ser interoperáveis e acessíveis via plataforma web, integrando dados de diferentes fontes e apoiando a prestação de serviços de saúde de forma coordenada, eficiente e centrada no cidadão.

5.12.4. Além do fornecimento do sistema em si, a solução deve incluir os seguintes serviços técnicos especializados:

- a) Implantação e parametrização da solução;
- b) Migração de dados legados;
- c) Customizações conforme necessidades específicas do município;
- d) Treinamento técnico e operacional;
- e) Suporte técnico especializado;
- f) Manutenção corretiva, adaptativa e evolutiva;
- g) Acompanhamento técnico com atendimento presencial e remoto.

5.12.5. O sistema deverá possibilitar integração com as seguintes plataformas e bases oficiais:

- a) e-SUS APS;
- b) CADSUS;
- c) CNES (Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde);
- d) RNDS (Rede Nacional de Dados em Saúde);
- e) SIGTAP (Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos);
- f) BNAFAR (Base Nacional de Assistência Farmacêutica);
- g) **Sistemas de terceiros, via APIs abertas e documentadas.**

CLÁUSULA SEXTA – DA MANUTENÇÃO PELA CONTRATADA DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E DA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA

6.1. Obriga-se a **CONTRATADA** a manter, durante a vigência contratual, todas as condições demonstradas para **habilitação na licitação** efetuada, de modo a garantir o cumprimento das obrigações assumidas, e, deverá atualizar os documentos cuja validade expire durante a vigência contratual, bem como garantir o cumprimento das obrigações assumidas.

6.2. A **CONTRATANTE** deverá ser informada sempre que houver alteração do Contrato Social da empresa **CONTRATADA**, através do envio de cópia do Contrato atualizado.

6.3. A **CONTRATADA** deverá, durante todo o período de execução do Contrato, manter em seu quadro de funcionários a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com **Deficiência, para Reabilitado da Previdência Social e Aprendiz**, bem como as reservas de cargos previstas em outras legislações, se aplicáveis ao objeto licitado, de acordo com art. 116 da Lei Federal nº 14.133/2021, e Acórdão nº 1.802/2026-Plenário/TCU.

6.3.1. Sempre que solicitado pela **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere o **item acima**, com a indicação e comprovação dos empregados que preencherem as referidas vagas.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E CONTRATADA

7.1. São obrigações da **CONTRATANTE**:

7.1.1. Proporcionar todas as facilidades para que o fornecedor possa cumprir suas obrigações dentro das condições estabelecidas no Edital e seus Anexos;

7.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes no Edital, demais Anexos e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

7.1.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus Anexos;

7.1.4. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos/serviços que não atendam as especificações no Edital e seus Anexos;

7.1.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato por intermédio da comissão ou gestor, designado para este fim, de acordo com o art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021;

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO-SESMA/PMB

7.1.6. Efetuar o(s) pagamento(s) da(s) Nota(s) Fiscal(ais)/Fatura(s) da **CONTRATADA**, observando ainda os prazos e condições estabelecidas no Edital e seus Anexos;

7.1.7. Designar comissão ou servidor, para proceder à avaliação de cada um dos itens que compõem o objeto deste instrumento, Edital e seus Anexos, a serem recebidos;

7.1.8. Notificar a empresa, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constantes de cada um dos itens que compõem o objeto deste instrumento, Edital e seus Anexos, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

7.1.9. Estabelecer normas e procedimentos de acesso às suas instalações para ajustes e/ou substituições dos objetos que compõem o objeto deste instrumento, Edital e seus Anexos.

7.1.10. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados

7.2. São obrigações da CONTRATADA:

7.2.1. Colocar à disposição da **SESMA/PMB**, os meios necessários à comprovação da qualidade do serviço, permitindo a verificação das especificações em conformidade com o descrito no Edital e seus Anexos;

7.2.2. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração inerentes ao objeto da presente aquisição;

7.2.3. Responsabilizar-se pela(s) garantia(s) do(s), objetos da licitação, dentro dos padrões de certificação de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho, conforme previsto na legislação em vigor;

7.2.4. Assumir todo o ônus e responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, prestação da garantia e qualquer outra(s) contribuição(ões) tributária(s), fiscal(is) e de logística que incidam ou venham a incidir na execução do Contrato;

7.2.5. Em nenhuma hipótese poderá veicular publicidade acerca do objeto adquirido pela **SESMA/PMB**, sem prévia autorização;

7.2.6. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela **SESMA/PMB**, ou pelo órgão participante, durante a vigência do Contrato;

7.2.7. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.2.8. A solução deverá observar os princípios da **Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD – Lei nº 13.709/2018)**. Deverá também ter compatibilidade com os padrões definidos pelo Ministério da Saúde e demais normativos técnicos aplicáveis;

7.2.9. A **CONTRATADA** deverá disponibilizar à **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELÉM – SESMA**, licenças de uso de sistema informatizado modular de gestão integrada em saúde, em caráter não exclusivo, intransferível e inalienável, durante todo o período de vigência contratual, contemplando todos os módulos, funcionalidades, integrações e componentes necessários ao atendimento integral das demandas assistenciais, administrativas, regulatórias e de gestão em saúde.

7.2.10. As licenças deverão atender aos seguintes **requisitos mínimos**:

a) Amplitude Funcional – contemplar Módulos para Gestão de Atenção primária, Especializada e Hospitalar; Regulação de leitos, Consultas, Exames e Procedimentos; Controle de estoques e farmácia; Faturamento SUS e Privado; Prontuário Eletrônico do Paciente (PEP) interoperável; Relatórios Gerenciais e de apoio à tomada de decisão;

b) Integração e Interoperabilidade – garantir comunicação nativa com os sistemas nacionais do Ministério da Saúde (e-SUS AB, CNES, SIH/SUS, SIA/SUS, GAL, RNDS, entre outros), bem como com sistemas locais já em uso na SESMA;

c) Evolução Tecnológica – assegurar que as licenças incluam atualização corretiva, evolutiva e legal, sem custos adicionais, durante toda a vigência contratual;

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO-SESMA/PMB

d) Escalabilidade – permitir expansão do número de usuários simultâneos, módulos e estabelecimentos de saúde sem restrições tecnológicas ou necessidade de substituição do licenciamento;

e) Conformidade Legal – atender integralmente à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD – Lei nº 13.709/2018), ao Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014) e demais normativos aplicáveis ao setor de saúde e administração pública;

f) Garantia de Continuidade – assegurar a operação ininterrupta do sistema, em regime 24x7, com mecanismos de redundância e tolerância a falhas, sem limitação de acesso por parte da SESMA.

g) É de inteira responsabilidade da **CONTRATADA** garantir que todas as licenças disponibilizadas sejam originais, livres de ônus adicionais e não sujeitas a restrições de uso que possam comprometer a operação do sistema.

h) A **CONTRATADA** deverá disponibilizar quantitativo de licenças suficiente para atender a todos os usuários finais da rede municipal de saúde de Belém, incluindo profissionais de saúde, administrativos, gestores e equipe de TI, considerando usuários simultâneos e acesso remoto seguro.

i) A **CONTRATADA** deverá assegurar que as licenças permaneçam válidas e operacionais durante todo o prazo contratual, sob pena de aplicação das penalidades previstas em lei e no Edital e seus Anexos.

7.2.11. A **CONTRATADA** será responsável por executar a implantação do sistema em todos os estabelecimentos de saúde definidos pela **SESMA**, contemplando: **instalação, configuração, parametrização e ativação de todos os módulos contratados.**

7.2.12. Deverá elaborar e submeter previamente à aprovação da **SESMA** um **Plano de Implantação Detalhado**, contendo cronograma, atividades, responsabilidades, marcos de entrega, testes de validação e plano de mitigação de riscos.

7.2.13. Será obrigação da **CONTRATADA** realizar a customização do sistema conforme os fluxos de trabalho, protocolos assistenciais e regras de negócio definidos pela **SESMA**, garantindo aderência às necessidades locais sem prejuízo da interoperabilidade com sistemas nacionais.

7.2.14. Todas as customizações deverão ser documentadas em relatórios técnicos e submetidas à homologação da **SESMA** antes de sua entrada em produção.

7.2.15. A **CONTRATADA** deverá realizar a migração integral e segura dos dados legados, **assegurando:**

- a)** Preservação da integridade, consistência e rastreabilidade dos dados migrados;
- b)** Garantia de confidencialidade, mediante uso de criptografia e protocolos seguros;
- c)** Manutenção do histórico assistencial e administrativo da **SESMA**, com acesso contínuo aos registros anteriores.
- d)** O processo de migração deverá seguir plano de contingência e reversão aprovado pela **SESMA**, minimizando riscos de indisponibilidade.
- e)** Todos os resultados da migração deverão ser submetidos a testes de qualidade e homologação pela **equipe técnica da SESMA.**
- f)** A **CONTRATADA** deverá planejar, executar e comprovar a realização de treinamentos presenciais e online para os diversos perfis de usuários do sistema (profissionais de saúde, administrativos, gestores, técnicos de TI).

7.2.16. O treinamento deverá contemplar:

- a)** Capacitação inicial para implantação;
- b)** Capacitações periódicas para atualização de usuários;
- c)** Treinamentos específicos para novos módulos implantados.

7.2.17. A **CONTRATADA** deverá disponibilizar materiais de apoio atualizados (manuais, vídeos, guias de usuário e FAQs) em formato digital e de fácil acesso.

7.2.18. É obrigação da **CONTRATADA** assegurar manutenção corretiva, preventiva e evolutiva do sistema, **garantindo disponibilidade mínima de 99% (noventa e nove por cento)**, excluídos períodos de manutenção programada previamente acordados.

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO-SESMA/PMB

7.2.19. A **CONTRATADA** deverá fornecer suporte presencial e remoto, contemplando correções de falhas, aplicação de atualizações legais e melhorias tecnológicas.

7.2.20. O sistema deverá manter operação contínua e ininterrupta em **regime 24x7**, com registro de indisponibilidades e relatório mensal de desempenho.

7.2.21. A **CONTRATADA** deverá prover hospedagem em datacenter certificado, mínimo TIER III ou equivalente, localizado em território nacional, em conformidade com a legislação vigente.

7.2.22. A infraestrutura deverá contemplar:

- a) Alta disponibilidade, redundância de energia e conectividade;
- b) Backup diário automático com retenção mínima de 90 (noventa) dias;
- c) Plano de recuperação de desastres (Disaster Recovery Plan – DRP) e testes periódicos de contingência;
- d) Escalabilidade para atender crescimento de demanda da **SESMA**.
- e) O serviço de hospedagem deverá estar em conformidade com a LGPD e normas ISO/IEC 27001 e 27799.

7.2.23. A **CONTRATADA** deverá fornecer, em **regime de comodato**, todos os equipamentos e infraestrutura necessários ao funcionamento do sistema (Servidores, Tablets, Switches, Roteadores, Estações de Trabalho, Impressoras, TVs, entre outros, conforme demanda).

7.2.24. É de responsabilidade da **CONTRATADA** realizar a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos cedidos, incluindo substituição imediata em caso de falha, sem custo adicional à **SESMA**.

7.2.25. Os equipamentos permanecerão de propriedade da **CONTRATADA**, devendo ser devolvidos ao término da vigência contratual em perfeito estado de funcionamento, ressalvado o desgaste natural.

7.2.26. A **CONTRATADA** deverá disponibilizar **equipe mínima composta por 12 (doze) técnicos especializados**, com dedicação exclusiva ao Contrato, para apoio à implantação, manutenção, suporte técnico e acompanhamento das operações do sistema.

- a) A **equipe deverá contemplar profissionais com formações diversas, incluindo:** analistas de sistemas, técnicos de suporte, especialistas em banco de dados, profissionais de infraestrutura e instrutores de treinamento.
- b) A qualificação da **equipe** deverá ser comprovada mediante apresentação de currículos, certificados técnicos e experiência comprovada em sistemas de gestão em saúde.
- c) A **CONTRATADA** deverá manter **Central de Atendimento (Help Desk) em regime 24x7**, com registro eletrônico de chamados, priorização por criticidade e acompanhamento via protocolo único.

7.2.27. O suporte deverá ser estruturado em níveis:

- a) **1º nível** – atendimento inicial, registro e solução de dúvidas operacionais simples;
- b) **2º nível** – atendimento técnico especializado para problemas intermediários
- c) **3º nível** – atuação de especialistas para falhas críticas, bugs ou indisponibilidades do sistema.
- d) A **CONTRATADA** deverá cumprir prazos de resposta e solução definidos em Acordo de Nível de Serviço (SLA), sob pena de aplicação de penalidades contratuais.

7.2.28. A **CONTRATADA** deverá implementar e manter mecanismos de segurança da informação que assegurem confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados, conforme a LGPD e normativos técnicos nacionais e internacionais.

7.2.29. Os requisitos mínimos incluem:

- a) Criptografia de dados em repouso e em trânsito;
- b) Autenticação multifator e controle de acessos por perfil;
- c) Trilhas de auditoria e registros de log disponíveis à **SESMA**;
- d) Monitoramento contínuo contra acessos indevidos, ataques cibernéticos e incidentes de segurança.

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO-SESMA/PMB

e) Em caso de **incidente de segurança**, a **CONTRATADA** deverá comunicar imediatamente à **SESMA** e adotar medidas de contenção e mitigação, apresentando **relatório técnico em até 48h**.

7.2.30. A **CONTRATADA** deverá disponibilizar relatórios gerenciais e dashboards dinâmicos, com indicadores assistenciais, administrativos e financeiros, permitindo acompanhamento da execução do contrato e da performance do sistema.

7.2.31. Deverá apresentar relatórios mensais de:

- a) Chamados de suporte e respectivos tempos de atendimento;
- b) Disponibilidade do sistema e incidentes de indisponibilidade;
- c) Evolução de uso do sistema por módulos e usuários;
- d) Desempenho dos equipamentos em comodato.

7.2.32. A **CONTRATADA** deverá participar de reuniões periódicas de governança com a **SESMA**, apresentando resultados, propondo melhorias e ajustando estratégias de continuidade.

7.2.33. Aceitar os acréscimos e supressões do valor inicialmente estimado para aquisição dos objetos em até 25% (vinte e cinco por cento), nos termos do §1º, do art. 125, da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO

8.1. Nos termos do art. 104, inciso III cominado com o artigo 117 da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 107.810/2023-PMB, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

8.2. O **CONTRATANTE**, através de funcionário ou comissão, doravante designado como **FISCAL DO CONTRATO**, efetuará a fiscalização e o acompanhamento da execução do objeto contratado, poderá a qualquer tempo exigir que a licitante **CONTRATADA** forneça os elementos necessários ao esclarecimento de dúvidas relativas ao fornecimento, tais como demonstrativos de custos, notas fiscais, etc.

8.3. Os serviços fornecidos estarão sujeitos a aceitação pelo **FISCAL DO CONTRATO**, a quem caberá direito de recusa caso os mesmos não estejam de acordo com as especificações constantes no **Anexo II**, ou caso se constate, nos mesmos, existência de vícios ou defeitos.

8.4. O aceite do objeto será formalizado pela **FISCAL DO CONTRATO** através do aceite ou atesto na respectiva nota fiscal. Não obstante o Aceite/Atesto, a **CONTRATADA** será responsável pelo perfeito fornecimento do objeto contratado, nos termos da legislação civil, penal e profissional. A fiscalização do fornecimento dos objetos não diminui ou substitui a responsabilidade da **CONTRATADA**.

8.5. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.6. O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

8.7. Quaisquer tolerâncias, concessões ou liberalidades do **FISCAL DO CONTRATO** para com a **CONTRATADA**, quando não formalizadas mediante termo aditivo, não constituirão precedentes invocáveis e não terão o poder de alterar as obrigações estabelecidas.

CLÁUSULA NONA – DA LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

9.1. Recebida a **Nota Fiscal** ou **documento de cobrança equivalente**, correrá o prazo de **até 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação**, na forma desta seção, **prorrogáveis por igual período**, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO-SESMA/PMB

9.1.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.2. Para fins de **liquidação**, o setor competente deverá verificar se a **Nota Fiscal** ou **instrumento de cobrança equivalente** apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

9.2.1. A data da emissão;

9.2.2. Os dados do Contrato e do **ÓRGÃO CONTRATANTE**;

9.2.3. O período respectivo de execução do Contrato;

9.2.4. O valor a pagar; e

9.2.5. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.3. Havendo erro na apresentação da **Nota Fiscal** ou **instrumento de cobrança equivalente**, ou circunstância que impeça a **liquidação da despesa**, esta ficará sobrestada até que o **CONTRATADO** providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao **CONTRATANTE**.

9.4. A **Nota Fiscal** ou **instrumento de cobrança equivalente** deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta “**on-line**” ao **SICAF** ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.5. A Administração deverá realizar consulta ao **SICAF** para: **a)** verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; **b)** identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impositivas indiretas (Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018).

9.6. Constatando-se, junto ao **SICAF**, a situação de irregularidade do **CONTRATADO**, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser **prorrogado uma vez, por igual período**, a critério do **CONTRATANTE**.

9.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o **CONTRATANTE** deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do **CONTRATADO**, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.8. Persistindo a irregularidade, o **CONTRATANTE** deverá adotar as medidas necessárias à **rescisão contratual** nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao **CONTRATADO** a **ampla defesa**.

9.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do Contrato, caso o **CONTRATADO** não regularize sua situação junto ao **SICAF**.

9.10. O preço ajustado será total, fixo e definitivo, expresso em moeda corrente do país.

9.11. Os pagamentos serão efetuados **mensalmente** de acordo com **item 3.11 (CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO)** c/c as **medições** aferidas pela **SESMA** conforme **item 3.10 (CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO)** do **Termo de Referência – Anexo I**, em **até 30 (trinta) dias subsequentes ao fornecimento**, mediante a apresentação da Fatura (Nota Fiscal) devidamente atestada e visada pelo setor competente, após conferência das quantidades e da qualidade do mesmo.

9.12. O pagamento será creditado em favor da **CONTRATADA**, por meio de ordem bancária junto à agência bancária indicada na declaração fornecida pelo licitante, contados do recebimento definitivo dos serviços e mediante a apresentação dos documentos fiscais legalmente exigíveis e devidamente atestados pelo servidor/Comissão de Recebimento.

9.13. Será procedida consulta “**On-Line**” junto ao **SICAF** antes de cada pagamento a ser efetuado a **CONTRATADA**, para verificação das condições exigidas na contratação, cujos resultados serão impressos e juntados aos autos do processo próprio. Caso fique constatado o vencimento das guias de recolhimento do **FGTS**, da **Previdência Social** e **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT** a **CONTRATADA** deverá apresentar, no prazo constado na solicitação feita pela Administração, a sua regularização.

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO-SESMA/PMB

9.14. No caso de atraso de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela **CONTRATANTE** encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

9.15. No caso de eventual atraso de pagamento por culpa comprovada da **CONTRATANTE**, o valor devido deverá ser acrescido de multa de atualização monetária financeira, apurados entre a data de vencimento da Nota Fiscal e a do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados a taxa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

I = Índice de Atualização Financeira

TX = Percentual da Taxa de Juros de Mora Anual - 6% (seis por cento) / Ano

VP = Valor da Parcela em atraso

EM = Encargos Moratórios

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

9.16. Caso haja aplicação de multa em favor da **CONTRATANTE**, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente da **CONTRATADA**. Caso esse valor seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.

9.17. Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer nota fiscal/fatura, por culpa da **CONTRATADA**, o prazo de **30 (trinta) dias** reiniciar-se-á a contar da respectiva reapresentação.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. Os recursos orçamentários necessários ao adimplemento das obrigações por parte da Administração estão assegurados deste exercício na seguinte funcional:

Funcional Programática:.....

Fonte de Recurso:.....

Elemento de Despesa:.....

10.2. As despesas para o exercício futuro correrão à conta das dotações orçamentárias indicadas em termo aditivo ou apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

11.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124, da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.2. A **CONTRATADA** fica obrigada, a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

11.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante a celebração de termo aditivo, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132, da Lei Federal nº 14.113/2021). Em ambos os casos, serão submetido a prévia aprovação da consultoria jurídica do **CONTRATANTE**.

11.4. Registros que não caracterizam alteração do Contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração do termo aditivo na forma do art. 136, da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, a **CONTRATADA** que:

a) Der causa à **inexecução parcial** do Contrato;

b) Der causa à **inexecução parcial** do Contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) Der causa à **inexecução total** do Contrato;

Comissão de Contratação-SESMA/PMB

Av. Governador José Malcher, nº 2821, Bairro: São Brás, CEP: 66090-100 – Belém/PA

e-mail: licitacao3.sesma@gmail.com

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO-SESMA/PMB

- d) Ensejar o **retardamento da execução ou da entrega** do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar **documentação falsa ou prestar declaração falsa** durante a execução do Contrato;
- f) Praticar **ato fraudulento na execução** do Contrato;
- g) Comportar-se de **modo inidôneo ou cometer fraude** de qualquer natureza;
- h) Praticar **ato lesivo** previsto no [art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013](#).

12.2. Serão aplicadas a **CONTRATADA** que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

12.2.1. **Advertência**, quando a **CONTRATADA** der causa à **inexecução parcial** do Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021](#));

12.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021](#));

12.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei Federal nº 14.133/2021](#)).

12.2.4. **Multa:**

a) Moratória de **1% (um por cento)** por dia de **atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida** até o limite de **20 (vinte) dias**;

b) Moratória de **1% (um por cento)** por dia de **atraso injustificado sobre o valor total** do Contrato, até o máximo de **15% (quinze por cento)**, pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

b.1) O atraso superior à **20 (vinte) dias**, autoriza a **CONTRATANTE** a promover a **extinção** do Contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021;

c) Compensatória de **1% (um por cento)** sobre o **valor total** do Contrato, no caso de inexecução total do objeto.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato **não exclui, em hipótese alguma**, a obrigação de reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE** ([art. 156, §9º, da Lei Federal nº 14.133/2021](#)).

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas **cumulativamente com a multa** ([art. 156, §7º, da Lei Federal nº 14.133/2021](#)).

12.4.1. Antes da aplicação da **multa** será **facultada a defesa do interessado** no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei Federal nº 14.133/2021](#));

12.4.2. Se a **multa** aplicada e as **indenizações cabíveis** forem **superiores ao valor do pagamento eventualmente devido** pelo **CONTRATANTE** a **CONTRATADA**, além da perda desse valor, a **diferença** será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei Federal nº 14.133/2021](#));

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à **cobrança judicial**, a **multa** poderá ser recolhida **administrativamente** no prazo máximo de **15 (quinze) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa a **CONTRATADA**, observando-se o procedimento previsto no **caput e parágrafos** do [art. 158 da Lei Federal nº 14.133/2021](#), para as penalidades de **impedimento de licitar e contratar** e de **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021](#)):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO-SESMA/PMB

- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para a **CONTRATANTE**;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei Federal nº 14.133/2021](#), ou em outras leis de licitações e Contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei Federal nº 12.846/2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

12.8. A personalidade jurídica da **CONTRATADA** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a **CONTRATADA**, observados, em todos os casos, o **contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica** prévia ([art. 160, da Lei Federal nº 14.133/2021](#)).

12.9. A **CONTRATANTE** deverá, no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da **data de aplicação da sanção**, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)** e no **Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)**, instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei Federal nº 14.133/2021](#)).

12.10. As sanções de **impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

12.11. Os débitos da **CONTRATADA** para com a Administração **CONTRATANTE**, resultantes de **multa administrativa e/ou indenizações**, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo Contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução [Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O Contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o Contrato.

13.2.1. Quando a não conclusão do Contrato referida no item anterior decorrer de culpa do **CONTRATADO**:

13.2.1.1. Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

13.2.1.2. Poderá a administração optar pela extinção do Contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.3. O Contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os arts. 138 e 139 da mesma Lei;

13.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja a sua capacidade de concluir o Contrato;

13.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica **CONTRATADA**, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO-SESMA/PMB

13.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.4.3. Indenizações e multas.

13.5. A extinção do Contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei Federal nº 14.133/2021).

13.6. O Contrato poderá ser extinto caso se constate que a **CONTRATADA** mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade **CONTRATANTE** ou com Agente Público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do Contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021).

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e normas e princípios gerais dos Contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

15.1. A **CONTRATADA** deve observar e fazer observar, por seus fornecedores, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação e execução do objeto.

15.1.1. Para os propósitos deste caput definem-se as seguintes práticas:

I. “**prática corrupta**”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

II. “**prática fraudulenta**”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

III. “**prática conluiada**”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

IV. “**prática coercitiva**”: causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

V. “**prática obstrutiva**”:

(i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes da Administração Pública do Brasil ou de países estrangeiros, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima;

(ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito da Administração Pública do Brasil ou de países estrangeiros a promover inspeção.

15.2. Considerando os propósitos acima elencados, a **CONTRATADA** concorda e autoriza que a Administração Pública do Brasil possa inspecionar o local de sua execução e todos os documentos, contas e registros a ele relacionados, aplicando-se as disposições da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

16.1. Nos termos do art. 122, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, será permitida a **SUBCONTRATAÇÃO PARCIAL** do objeto deste instrumento, devendo ser submetido previamente à aprovação da **CONTRATANTE** qualquer intenção de **SUBCONTRATAÇÃO**, sendo vedada a **SUBCONTRATAÇÃO TOTAL**. Ressalta-se que não se estabelece qualquer relação contratual direta entre a **Administração Pública** e a empresa **SUBCONTRATADA**, sendo esta vinculada exclusivamente à **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA – DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO-SESMA/PMB

17.1. É admissível a **fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA**, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA – DA VIGÊNCIA

18.1. A **vigência do Contrato** será de até **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, submetidas ao que determina o art. 105, da Lei Federal nº 14.133/2021, com eficácia após a publicação do seu extrato no **PNCP e DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO**, podendo ser prorrogado por **iguais e sucessivos períodos**, desde que comprovada a vantajosidade de preço, conforme a especificidade e a necessidade de atendimento da garantia dos serviços adquiridos, conforme previsto no art. 114, da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA-NONA – DO REAJUSTE

19.1. Os preços inicialmente contratados são **fixos e irreajustáveis no prazo de 12 (doze) meses, a contar de 02/03/2026, da data do orçamento estimado.**

19.1.1. Dentro do prazo de vigência do Contrato e mediante solicitação da **CONTRATADA**, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o **interregno de um ano**, aplicando-se o **IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo**, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

19.2. Nos **reajustes subsequentes ao primeiro**, o **interregno mínimo de um ano** será contado a partir dos efeitos financeiros do **último reajuste**.

19.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de **reajustamento**, o **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a **CONTRATADA** obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao **reajustamento de preços** do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

19.4. Caso o índice estabelecido para **reajustamento** venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

19.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para **reajustamento do preço** do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

19.6. O **reajuste** será realizado por apostilamento.

19.7. Não será devido **reajuste** quando o atraso na entrega do serviço (solução) for atribuível a **CONTRATADA**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO REGISTRO NO TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DO CONTRATO

20.1. O presente Contrato deverá ser registrado no **TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO**, na data da publicação do seu extrato, conforme prescreve o art. 6º, inciso VII da Resolução nº 11.535/2014-TCM.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO

21.1. A **CONTRATANTE** providenciará a publicação deste Contrato, por extrato, no **PNCP e DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO**, em observância aos prazos legais.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-SEGUNDA – DO FORO

22.1. As partes elegem o foro da Justiça do Estado do Pará, na cidade de Belém, para dirimir quaisquer dúvidas que surgirem na execução do presente Instrumento.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas no presente Contrato, é assinada eletronicamente pelos representantes legais do Órgão Demandante e o fornecedor registrado, na pessoa do seu representante legal, para todos os fins de direito, sem rasuras ou emendas.

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO-SESMA/PMB

CLEIDSON
FERREIRA
CHAVES:025
87567211

Assinado de forma digital por
CLEIDSON
FERREIRA
CHAVES:02587567
211

Belém/PA, de de 202X.

(órgão)

CONTRATANTE

(razão social)

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1.

NOME:

RG: _____

CPF: _____

2.

NOME:

RG: _____

CPF: _____